

Boletim 223 do WRM, Abril 2016

Racismo na floresta: um processo de opressão a serviço do capital

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

NOSSA OPINIÃO

Racismo: um legado do poder colonial

A autora Nigeriana Chimamanda Ngozi nos alerta para os riscos de escutarmos repetidamente uma única versão do mesmo relato. Esse relato que escutamos reiteradamente nos livros de história, nos meios de comunicação ou na literatura, sobre um povo, uma cultura ou um lugar em particular, é um dos muitos existentes e possíveis. Mas então, qual é esse relato que se repete constantemente? A predominância de uma história em particular responde quase sempre às estruturas mundiais de poder: “como são contadas, quem as conta, quando são contadas, quantas são contadas é algo que depende verdadeiramente do poder (...) as histórias foram usadas para destituir e para difamar.” (1)

A maior parte dos relatos dominantes que conhecemos hoje em dia foi escrita durante a época da colonização, pelo homem branco. Através dessas histórias, foram construídos e impulsionados estereótipos e preconceitos com base na classificação da população mundial sobre a ideia de “raça”: negros, brancos, índios, mulatos. Como quem escreveu a história era homem e branco, aos homens brancos foram atribuídas as melhores qualidades possíveis. A partir desse momento, começou a se gestar o racismo. A “raça” é uma construção mental da dominação colonial e, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. Ou seja, essa história em que as pessoas foram classificadas segundo uma ideia de “raça” significou uma maneira de legitimar relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes (2).

Nesta edição do boletim, queremos contar outras histórias. Histórias que a muitos incomodam e que têm que ver com o racismo ligado à destruição e à contaminação do entorno, à apropriação dos territórios, à destruição das florestas e dos rios: é conhecido como Racismo Ambiental.

É preciso enfrentar e denunciar que o sistema capitalista, enraizado na lógica colonial, é estruturalmente racista. O modelo econômico atual joga implicitamente sua destruição, sua contaminação, sua ocupação e sua violência sobre as populações negras, indígenas, camponesas, com o objetivo de seguir explorando, produzindo e, assim, acumulando. É a essas populações que o sistema (e todos os que o defendem) vê como “o outro”. São populações ou “raças” que devem ser assimiladas ao sistema ou destituídas de todos os direitos de ser como “outro”. E as formas de negar a existência de outros/as, de seguir impondo uma narrativa que categoriza a população com base na ideia de “raça” pode se dar de muitas e diversas formas, embora quase sempre sejam violentas.

Quando se extrai petróleo na Nigéria, quando se queimam milhões de hectares de floresta na Indonésia para abrir espaços ao monocultivo de dendê (palma), quando se

constrói uma megarepresa no Brasil, quando se estabelece um “parque de conservação” na Tailândia, no qual se proíbe a entrada das populações locais, quando se estabelece um projeto de REDD na República Democrática do Congo, a quem pertencem esses territórios? Quais as populações que são afetadas? Da mesma forma, quando se abre uma refinaria de petróleo em uma cidade ou se instala um depósito de lixo municipal, por acaso eles são construídos nos arredores dos bairros ricos, privilegiados, quase sempre “brancos”?

As respostas a essas perguntas são as outras histórias que escolhemos abordar nesta edição do boletim. Este boletim fala de maneira direta sobre o racismo ambiental.

Neste difícil objetivo de refletir sobre o racismo como processo de opressão, reconhecemos e nos solidarizamos também com as muitas resistências que o enfrentam. Apesar de tudo, os povos seguem resistindo e traçando redes de unidade, contando as muitas histórias para construir um mundo onde caibam muitos mundos. Mais uma vez, lembrando as palavras de Chimamanda Ngozi, acreditamos que “as histórias também podem ser usadas para empoderar e humanizar. As histórias podem destruir a dignidade das pessoas, mas também podem reparar essa dignidade destruída”.

Esperamos que este boletim ajude a abrir mais espaços para as muitas histórias que são imprescindíveis.

(1) Chimamanda Ngozi Adichie, “*The danger of a single story*”, https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=en (vídeo com legendas em mais de 40 idiomas)

(2) Anibal Quijano, *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RACISMO NA FLORESTA: UM PROCESSO DE OPRESSÃO A SERVIÇO DO CAPITAL

Desenhado para gerar racismo ambiental

Em 1969, quando eu tinha três anos, meus pais foram forçados a se mudar da casa onde eu nasci, em um bairro de pessoas de todas as cores, etnias e até classes, para uma duna de areia sem qualquer vegetação, deixada nua, exceto por casas mal construídas, de um cômodo, sem eletricidade, reboco nem forro, e coroadas com um telhado de amianto.

Nós fomos transferidos porque a minha família era classificada na África do Sul como de cor (negra), ou pessoas de ascendência mista. Por causa de nossas características físicas, fomos tratados de forma diferente pelo Estado, que era um Estado do apartheid, todo branco.

As casas em um barranco inclinado, de areia solta e sem vegetação, eram separadas por nada mais do que algumas chapas de metal de construção. Como vista, fomos amaldiçoados com a necessidade de olhar para a refinaria de petróleo norte-americana Mobil, que lançava suas fumaças tóxicas sobre a população local de cor. O resultado imediato foi não apenas o prejuízo à dignidade e ao bem-estar psicológico das pessoas, mas também danos físicos a seus corpos. Sem eletricidade, tínhamos que ferver água em um fogareiro, que eu derrubei quando era muito pequeno e me encharquei com água

fervente e dor, enquanto minha pele se enchia de bolhas e grudava meu corpo à roupa. Com declives acentuados e usando metal como paredes de contenção, o desastre era iminente. Quando as primeiras chuvas vieram, minha irmã escorregou no barranco até as chapas de metal, e seu corpo foi dilacerado. Com as fumaças tóxicas veio a asma, e eu fazia parte dos 52% da nossa jovem população local amaldiçoada por ela – o índice mais alto formalmente registrado no país. Por causa das fumaças tóxicas da refinaria da Mobil e da fábrica de papel Mondi, que era uma das principais subsidiárias da Anglo American, nosso crescimento normal foi atrofiado. Mas, mais alarmante, sendo jovem em um ambiente desprovido de vegetação nativa, onde as pessoas eram amontoadas em condições precárias de habitação e a vista era de indústria poluente, a realidade e a perspectiva de vida eram deformadas. Não se conseguia imaginar outro mundo, e se adquiria uma sensação doentia de orgulho de ter que viver naquela realidade de brutalidade industrial e natureza destruída.

Esse planejamento de apartheid e esse racismo ambiental não aconteciam por acaso. Foi algo construído à medida que o capital empresarial entrou em conluio com o Estado. Assim como a escravidão, o planejamento do apartheid necessitava de ganância empresarial e de um Estado para facilitar e proteger a riqueza. Mais de 150 anos após a escravidão e duas décadas depois do fim do apartheid, a realidade é que essas leis racistas resultaram na acumulação desumana e ilegal de riqueza, que ainda hoje é protegida pelos “direitos de propriedade” em muitas constituições no mundo, incluindo a própria constituição da África do Sul. O Estado criou sistemas para proteger os ganhos ilícitos.

De forma crítica, o planejamento do apartheid e o subsequente racismo ambiental são vistos muitas vezes no contexto no qual o Partido Nacional, abertamente racista, chegou ao poder em 1948 e aprovou leis que forçaram a segregação das pessoas. Mas não é bem assim. As origens do racismo ambiental ligado ao planejamento podem ser identificadas em 1920, quando o então governo britânico criou a primeira cidade segregada em Durban. O plano britânico foi aperfeiçoado e institucionalizado pelo governo do apartheid, o que resultou no que eu costumo chamar de “planta de uma township”. Na África do Sul, *township* é um lugar onde os negros eram forçados por lei a residir, um lugar para onde eu e minha família fomos forçados a nos mudar e viver em 1969. Como é essa planta? Ela é composta de casas mal construídas, sem vegetação nativa, com ruas de chão batido, indústria poluente dentro do perímetro, resíduos e lixões – tóxicos e municipais – no bairro e, em grande parte, esgoto na porta. Essa é a planta do planejamento do apartheid.

Quando se fala de racismo ambiental hoje em dia, muitas vezes vem à mente o movimento dos direitos civis dos Estados Unidos. Isso é devido ao êxito dos negros, nos anos 60 e 70, em desafiar e documentar essas violações racistas. Na época, foi fácil dar o passo dos direitos civis em direção aos direitos ambientais e, nos anos 80, o racismo ambiental teve início como discurso nos Estados Unidos. Junto a isso, acadêmicos como o professor Bullard, em seu trabalho inspirador *Dumping em Dixie*, destacaram o papel muito importante cumprido pela classe e pela cor na definição dos locais onde as administrações brancas instalariam lixões tóxicos.

Portanto, não foi muito difícil fazer esta narrativa de racismo ambiental em uma África do Sul democrática que surgia no início dos anos 90. Pessoas que já reivindicavam

democracia e igualdade para todos, através de lutas por um sistema justo de habitação, educação e saúde, poderiam facilmente se alinhar à luta contra o racismo ambiental.

Porém, apesar dessas vitórias dos direitos civis nos Estados Unidos, da vitória da democracia na África do Sul e dos muitos governos de pessoas progressistas que surgiram, principalmente em lugares como a América Latina, os impactos permanentes do “projeto de desenvolvimento” prejudicam as pessoas e sua terra.

Atualmente, as usinas de energia movidas a carvão poluente na África do Sul resultam na maioria das mortes causadas pela poluição do ar em comunidades negras pobres, em vez de proporcionar às pessoas a energia importante e acessível. Em uma África do Sul democrática, mais de 30% das pessoas vivem em pobreza energética, ou seja, não têm energia suficiente para cozinhar e se aquecer com segurança.

A Amigos da Terra-Moçambique alertou que grandes projetos de infraestrutura, como a proposta da represa de Mphanda Nkuwa, destruirão o Baixo Zambeze e a subsistência dos povos, em troca de energia que não irá para a população local, e sim para as indústrias destrutivas e de alto consumo de energia na África do Sul. Instalar linhas de transmissão em Moçambique para chegar aos pobres é muito caro. Grandes plantações monocultoras em KwaZulu Natal, uma província sul-africana, intensificaram os impactos dos dois anos de seca no país, e os que menos usam água foram os mais afetados, pois suas culturas anuais de subsistência fracassam e seus animais morrem. E, ao contrário dos agricultores comerciais monocultores, não há seguro para salvá-los. Além disso, o grande aumento de plantações de monoculturas predominantemente de eucaliptos na década de 1980 na região central de KwaZulu Natal destruiu a indústria de laticínios que empregava muita mão de obra e forçou pessoas negras da zona rural a se deslocar para áreas urbanas, intensificando a violência política entre populações urbanas e os moradores rurais que chegavam, e resultando em milhares de mortes.

Atualmente, nossos governos globais capitularam ao poder das empresas, que vai aprofundar ainda mais o racismo ambiental, prejudicando majoritariamente as comunidades negras e indígenas. Depois de outra rodada da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015, foram incluídos nas resoluções mecanismos de mercado como o REDD, tornando o futuro sombrio para os povos indígenas, já que suas terras serão tomadas para “salvar o planeta e a floresta”, enquanto seus meios de subsistência são retirados e suas águas, sugadas pelas plantações. Nenhum governo se ergueu em Paris, durante as negociações da ONU, e disse: “Isso vai prejudicar o nosso povo, nós não podemos aceitar”. Assim, o caminho que facilita o racismo ambiental foi acordado em nível global, para ser implementado em nível local.

No entanto, como muitos de nós que foram realocados nos dias sombrios do apartheid, o crédito deve ser dado aos mais velhos. Para eles, outro mundo era possível, pois eles o tinham vivenciado e muitos garantiram que nós, como crianças, fôssemos lembrados disso com frequência nos dias sombrios do apartheid. Hoje, devemos ouvir os povos indígenas do mundo e aqueles que vivem com a terra, e nos lembrar de que um outro mundo é possível.

*Bobby Peek, bobby@groundwork.org.za
Groundwork – Amigos da Terra-África do Sul*

“Preto” e “Natureza”: Ampliando o conceito de Racismo Ambiental

É difícil imaginar que o ambientalismo um dia tenha prescindido do conceito de “Racismo ambiental”. Ele dá nome a uma realidade que não pode ser combatida “antes” ou “depois” de campanhas ambientais, mas tem que ser confrontada todos os dias, na construção de movimentos contra as formas com que as sociedades opressivas organizam a natureza.

Atacando a atitude generalizada entre ambientalistas de classe média (“eu não sou racista, então não me fale de racismo”), o conceito destaca as maneiras em que pessoas legais, sem visões racistas, também participam do racismo – não apenas ao desconsiderarem o grau em que a poluição flui em direção a negros e pardos e para longe dos brancos, mas também ao obedecerem às regras da sociedade educada, que tendem a proibir até mesmo que se mencionem essas questões incômodas.

Cidades e Florestas

A ideia do racismo ambiental cresceu nos Estados Unidos, na década de 1980, entre grupos minoritários cujos corpos estavam sendo forçados a absorver enormes quantidades de venenos de lixões nucleares ou químicos, aterros municipais, centrais elétricas poluentes, incineradores, ar carregado de pesticidas ou água com chumbo.

O que os grupos norte-americanos estavam descrevendo, é claro, acontecia no mundo todo. Em 1984, a fábrica química da Union Carbide, em Bhopal, na Índia, e a planta de gás propano líquido da PEMEX, na Cidade do México, explodiram, destruindo um milhão de vidas. Não muito tempo depois, o trabalho altamente tóxico de desmontar computadores obsoletos começou a recair principalmente sobre a mão de obra barata da Ásia e da África.

O racismo ambiental desse tipo também havia ficado evidente nas florestas. Entre 1964 e 1992, a Texaco submeteu dezenas de milhares de indígenas e camponeses equatorianos (em grande parte, mestiços) à intensa poluição proveniente de seus campos de petróleo de Lago Agrio, que nunca teria sido tolerada nos bairros brancos ricos de Nova York. Na década de 1990, começou-se a “atribuir” a comunidades indígenas de todo o mundo o trabalho de usar suas florestas e páramos para ajudar a absorver a poluição de dióxido de carbono que fluía de indústrias cujos lucros beneficiavam desproporcionalmente outros grupos étnicos.

Dos Estados Unidos à República Democrática do Congo

Na verdade, para cada exemplo de racismo ambiental nas cidades, provavelmente se pode encontrar outro exemplo em florestas.

Movimentos por justiça ambiental dos Estados Unidos há muito apontaram o racismo que é inerente à forma como algumas grandes organizações ambientais de Washington se esforçam ao máximo para fazer maquiagens verdes em indústrias cujos lucros permanecem baseados, em parte, na distribuição desigual da poluição no país.

Porém, perguntamos: não seria igualmente racista, por exemplo, o Grupo CDC – braço do governo do Reino Unido para o financiamento do desenvolvimento – investir dinheiro público na empresa de óleo de dendê (palma) Feronia, na República Democrática do Congo? Os negócios precários da Feronia poderiam ser sustentados sem ocupar terras com florestas roubadas de comunidades ao longo do Rio Congo durante a ocupação colonial belga, entre 1908 e 1960? Dado o legado persistente de desnutrição e dependência de baixos salários que continua a afetar a população local, não é racista o CDC alegar que está apenas tentando “melhorar uma situação” que “herdou”, pela qual não tem qualquer responsabilidade e sobre a qual nada pode fazer?

Outra dimensão

Mas o racismo ambiental não é apenas uma questão de distribuição racializada da poluição pré-existente ou da natureza pré-existente. Ele também tem relação com as maneiras em que pessoas, grupos étnicos, a natureza e a poluição são codefinidas. E esse aspecto do racismo ambiental talvez seja ainda mais visível nas florestas do que em outros lugares.

Por exemplo, o REDD é racista não apenas porque toma terras dos povos indígenas para limpar emissões de dióxido de carbono que não foram geradas por indígenas. Também é racista porque discrimina ideias indígenas sobre a terra. As visões indígenas sobre as florestas nem chegam a ser desconsideradas, porque nem sequer se reconhece que elas existam. Um racismo semelhante é inerente ao que a socióloga argentina Maristella Svampa chama de “zonas de sacrifício”, onde os valores indígenas da terra são ignorados como obstáculos à economia de exportação de *commodities*.

Ou então, observemos a “natureza” que é preservada em inúmeras áreas protegidas em todo o mundo. A partir da época da criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, aquela natureza passou a depender da exclusão dos povos indígenas. Inúmeras relações entre seres humanos, animais e plantas foram banidas e substituídas por novas relações que envolvem administradores da natureza, pesquisadores acadêmicos, guardas florestais, turistas e empresas de comunicação.

Em essência, essas transformações não são novidade. Na Inglaterra medieval, as palavras em inglês para “parque” e “floresta” significavam lugares onde havia veados reservados para as elites nobres caçarem, e não necessariamente lugares onde havia árvores. Mas a prática pós-Yellowstone acrescentou novas mudanças. As elites fingiram sair de cena afirmando ser representantes da “natureza” não humana. No entanto, a palavra “protegidas” na expressão “áreas protegidas” ainda significava pouco mais do que “protegidas dos ignorantes de pele escura”.

É claro que, sob regimes progressistas, alguns “nativos” foram autorizados a regressar a essas “naturezas”. Mas, no processo, eles geralmente tinham que concordar em se converter em pitorescos “nobres selvagens” ou em agentes do manejo ecológico ocidental. Por exemplo, eles podem ter de dividir sua terra em duas partes distintas: campos agrícolas permanentes e florestas sem agricultura, sem deixar espaço para outras formas, como áreas utilizadas para a agricultura itinerante. Essas naturezas permaneceram inevitavelmente racistas. Lutar contra o binário ser humano/natureza que os definia se tornou parte da luta contra o racismo em geral.

Naturezas estereotipadas

E será que o racismo não andou sempre de mãos dadas com as ideias preconceituosas de que a natureza estaria, de alguma forma, fora e abaixo do humano?

Não seria mais do que uma coincidência, por exemplo, que as conotações depreciativas de muitas palavras para “floresta” sintonizem com o tom racista de termos muitas vezes aplicado a grupos minoritários marginalizados?

Na Tailândia, onde o conservacionismo racista tem defendido frequentemente programas para reassentar as minorias das montanhas em locais afastados de florestas com bacias hidrográficas, *thuen* (selva) é apenas outra palavra para “fora da lei”, e *paa* (floresta) é aquilo que não é *siwilai* (civilizado). Quantos epítetos racistas do mundo todo – *indios de mierda*, *khon thuen*, *nyika*, *spruce monkey*, *kariang*, *jangli*, *jungle bunny* – não situam implicitamente seus referentes bem nessas zonas estereotipadas de primitivismo florestal?

Com frequência se pensa que saber viver nesses ambientes supostamente “selvagens” e conviver com eles – ter as habilidades para variar, ampliar, enriquecer ou interagir com eles sem reduzi-los simplesmente a recursos para crescimento infinito – reduz a humanidade da pessoa. Os pensadores colonialistas europeus como John Locke não consideravam os indígenas da América capazes de acrescentar quaisquer ingredientes humanos à terra. Na Índia colonial, as terras “improdutivas” eram consideradas ocupadas por pessoas “criminosas”. Hoje, o Banco Asiático de Desenvolvimento afirma oficialmente que só removendo as pessoas das áreas montanhosas de floresta é que elas podem ser trazidas à “vida normal”.

Ciência e Responsabilidade

Isto nos leva diretamente a uma pergunta que pode ser ainda mais desconfortável: se determinadas naturezas são racistas, as ciências que as estudam podem ser inocentes?

A realidade da ciência é que ela não pode questionar tudo ao mesmo tempo. Ela tem que se basear em certas premissas que, por um tempo, não são contestadas, para testar outras coisas. Hoje em dia, uma divisão entre um racismo humano e natural costuma ser um desses pressupostos.

Por exemplo, uma ciência ambiental cujos problemas são definidos por uma agenda fixa de “reduzir o impacto dos seres humanos sobre a natureza” ou “determinar a capacidade de suporte” terá um viés racial, independentemente das intenções dos cientistas que a praticam.

No entanto, as ciências que estudam coisas como “a natureza do Yellowstone” não podem permanecer para sempre livres da responsabilidade de questionar – cientificamente – a própria construção daquilo que investigam. Hoje, é amplamente reconhecido que uma antropologia que trata os povos que estuda como peças de museu estáticas, a ser “protegidas” da mudança, é racista. Mas a Restauração ecológica não é racista exatamente da mesma maneira? E o que dizer dos modelos climáticos que procuram maneiras de “estabilizar” as temperaturas globais em níveis economicamente ideais?

É claro que alguns cientistas corajosos o suficiente para desafiar axiomas racistas dentro de sua própria disciplina estão, para seus colegas, agindo fora do espírito científico ao qual dedicaram suas vidas. Em vez disso, suas atitudes são interpretadas como ataques pessoais que semeiam a divisão. Racismo, dizem eles, não é nada mais do que alguns bandidos individuais se comportando de forma imoral ou não profissional, ao passo que, em se tratando de “natureza”, a ciência “não vê raça”.

Essa reação é generalizada em parte porque tem sido tão eficaz para defender o prestígio da classe científica e daqueles cujo poder a ciência legitima. Mas, no fundo, é apenas mais uma reafirmação da mesma divisão ser humano/natureza. É um obstáculo à discussão racional, como os próprios epítetos raciais.

Desconforto ou Construção de Movimentos?

Os ativistas florestais estão prontos para considerar a ideia de que certos conceitos de *natureza* e *floresta* que ajudam a definir o trabalho não apenas de muitos cientistas, mas também de organizações como o Banco Mundial, a FAO, a UNFCCC, a UNESCO e o CIFOR, em alguns aspectos, equiparam-se a palavras como preto ou *nigger* (termo usado pelos colonialistas ingleses para os negros da África e que se tornou uma maneira depreciativa para se referir aos negros de hoje)? Os ativistas estão dispostos a questionar a maneira como eles próprios, por vezes, usam esses termos?

Esse tipo de ampliação do conceito de racismo ambiental deve gerar resistência generalizada, se não histeria. Entre as classes profissionais, como observou anos atrás a jurista norte-americana Patricia J. Williams, “as questões de raça incomodam e são reprimidas de maneira muito semelhante às questões de sexo e escândalo: mencionar o assunto na presença de senhoras é considerado falta de educação”.

Mas talvez aqueles que se sentem desconfortáveis com o tema tenham que se adaptar. Durante séculos, povos indígenas e camponeses que dependem das florestas tiveram de suportar o racismo dos binários do tipo humano/natural, que foram impostos por atacado a eles e a suas florestas. Se ambientalistas de classe média e outros tiverem de passar por um pequeno desconforto temporário, não será nada em comparação com isso. Principalmente quando os ganhos potenciais são tão desproporcionais. Quando, na recente cúpula sobre o clima da ONU, em Paris, alguns jovens ativistas afroamericanos que trabalhavam contra o racismo ambiental nos Estados Unidos encontraram representantes da coalizão “*No REDD in Africa*”, a conexão foi imediata e elétrica. Parte disso pode ter se devido simplesmente a diferentes aspectos de uma história ambiental global compartilhada, que de repente se revelou. Mas talvez também seja resultado de uma sensação de que antigos conceitos de opressão racial e libertação estavam sendo ampliados, e que coisas novas e surpreendentes poderiam estar por acontecer. Aquele era o tipo de momento de onde flui a transformação. Construção de movimento é construção de conceito.

Larry Lohmann, larrylohmann@gn.apc.org
The Corner House, <http://www.thecornerhouse.org.uk/>

Leituras complementares:

Larry Lohmann, “*Ethnic Discrimination in Global Conservation*”,
<http://www.thecornerhouse.org.uk/sites/thecornerhouse.org.uk/files/lohmann.pdf>

Larry Lohmann, “*Forest Cleansing: Racial Oppression in Scientific Nature Conservation*”,
<http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/forest-cleansing#fn004ref>

Larry Lohmann, “*For Reasons of Nature: Ethnic Discrimination and Conservation in Thailand*”,
<http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/reasons-nature>

John Vidal, “*UK Development Finance Arm Accused of Bankrolling 'Agro-Colonialism' in Congo*”,
<http://www.theguardian.com/global-development/2015/jun/05/uk-development-finance-arm-accused-bankrolling-agro-colonialism-in-congo>

Julie Cruikshank, *Do Glaciers Listen? Local Knowledge, Colonial Encounters and Social Imagination*, University of British Columbia Press, 2005.

Eduardo Kohn, *How Forests Think: Toward an Anthropology beyond the Human*, University of California Press, 2013,
<http://www.anth.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.anth.d7/files/sitefiles/Kohn%20-%20How%20Forests%20Think%20-%20Introduction.pdf>

Stephen Corry, “*The Colonial Origins of Conservation: The Disturbing History Behind US National Parks*”, <http://www.truth-out.org/opinion/item/32487-the-colonial-origins-of-conservation-the-disturbing-history-behind-us-national-parks>

Patricia J. Williams, *Seeing a Colour-Blind Future: The Paradox of Race*, Virago, 1997.

Maristella Svampa, “*The ‘Commodities Consensus’ and Valuation Languages in Latin America*”, Alternautas, julho de 2015, <http://www.alternautas.net/blog/2015/4/22/the-commodities-consensus-and-valuation-languages-in-latin-america-1>

“Por uma mudança de paradigma”:

Entrevista com Tom Goldtooth da *Indigenous Environmental Network*

O que é a *Indigenous Environmental Network* (Rede Ambiental Indígena)?

A Rede Ambiental Indígena (IEN, na sigla em inglês) nasceu em 1990 na América do Norte, a partir da esperança, da coragem e da visão comum de jovens, mulheres e anciãos indígenas de muitos povos indígenas, para proteger nossa dignidade da destruição ambiental que acontece nas terras onde moramos. A IEN é uma grande aliança de comunidades indígenas que estão na linha da frente da resistência contra os combustíveis fósseis, a mineração e as indústrias tóxicas que estão usurpando terras e cursos d’água. Nosso alicerce está nas comunidades e nas bases, e falamos a partir dos princípios do consentimento livre, prévio e informado. Muitos dos nossos fundadores vêm de uma longa linhagem de resistência indígena contra a colonização da América do Norte.

Como (e por que) a implementação de grandes projetos (da extração de petróleo a estradas e barragens), na maioria das vezes, afeta comunidades indígenas e tradicionais?

Do ponto de vista dos nossos povos indígenas do Norte, a conquista e a colonização de nossas terras e territórios pelos europeus, começando mais de 500 anos atrás, sempre estiveram relacionadas aos objetivos dos colonizadores de exercer poder e controle sobre nossas terras. Assim, ao chegar às terras indígenas, os invasores europeus trouxeram consigo uma cosmologia tão diferente da nossa, que nós não conseguíamos compreendê-los e eles não conseguiam nos compreender. O valor mais destrutivo que os invasores europeus impuseram foi a quantificação e a objetivação do mundo natural através da imposição de um valor monetário a coisas sagradas, e o genocídio contra os povos indígenas que resistiram. Então, essas pessoas, que agora têm implementado os sistemas econômicos insustentáveis do capitalismo, estão constantemente à procura de

“recursos naturais” para alimentar o imenso monstro que criaram. Esse monstro precisa de energia, de modo que se buscam áreas remotas do país para extrair minerais, construir grandes barragens, tirar nossas árvores nativas e até mesmo roubar nossos medicamentos tradicionais, e elas têm que construir rodovias e ferrovias para ter acesso a nossas terras e territórios. Vivemos em um mundo com uma sociedade dominante, que sempre quer tirar e tirar, e nunca dar. Essas pessoas são como uma espécie predadora, e não uma espécie que tem compaixão e amor pelas florestas, as águas, a terra, as plantas, os animais, os pássaros, os peixes e toda a vida. Eu acredito que essa sociedade dominante tem agora um sistema de valores que não respeita o caráter sagrado dos princípios criativos femininos da Mãe-Terra e do relacionamento com o Pai-Céu. Eles criaram políticas neoliberais da globalização, liberalização, privatização, desregulamentação e desnacionalização que aprofundam constantemente a violação dos direitos que são inerentes a nós como povos indígenas e que violam as leis naturais da nossa Mãe-Terra, de sua biodiversidade. É por isso que elas têm que buscar petróleo e os chamados minerais ricos sob a terra, derrubar todas as árvores velhas, capturar o espírito da água e bloquear seus fluxos de vida.

O que significa “racismo ambiental” para você?

No final da década de 1980 e início da de 1990, nos Estados Unidos, estudos descobriram que as leis ambientais e de saúde pública do país discriminavam os povos indígenas e as pessoas de cor. Com pessoas de cor, eu quero dizer os norte-americanos de ascendência africana, latino-americana e asiática. Desde o início da década de 70, havia fortes leis ambientais nacionais que os estados também deveriam cumprir. Eram as leis do ar limpo, da água limpa e muitas outras leis e normas ambientais e de saúde. No entanto, nos anos 80, verificou-se que muitas empresas e indústrias estavam construindo fábricas poluentes próximo às comunidades dessas pessoas de cor, sem qualquer consideração por sua saúde. E o despejo de resíduos tóxicos em grande escala estava sendo feito perto das comunidades desses grupos étnicos, incluindo nossas nações (comunidades) indígenas. No início dos anos 90, os Estados Unidos e a indústria nuclear estavam pressionando por planos para despejar resíduos altamente radioativos dos reatores de energia nuclear em terras e territórios indígenas. O governo prometeu milhões de dólares como acordos de compartilhamento de benefícios para cada membro do povo, com o objetivo de obter seu apoio para usar nossas terras como um depósito de resíduos nucleares e tóxicos. No entanto, com todas essas formas tóxicas, radioativas e ecologicamente destrutivas de desenvolvimento industrial, o governo dos Estados Unidos não aplicou as leis ambientais federais da mesma forma. Nós chamamos a isso de racismo ambiental.

O dito acima também se aplica às indústrias extrativas relacionadas à mineração e ao desenvolvimento de combustíveis fósseis. O governo dos Estados Unidos, através dos programas da Agência de Assuntos Indígenas, intermediou acordos com os nossos governos tribais, com falsas promessas de que esses acordos de mineração e desenvolvimento de combustíveis fósseis seriam benéficos. Mas as disposições para a aplicação de normas e regulamentos ambientais eficazes voltados a proteger a água e a qualidade do ar e a saúde do nosso povo e do ecossistema e sistemas alimentares tradicionais, nunca foram abordadas. Isso é uma injustiça em termos de ecologia e saúde.

O fato de que as terras tribais em locais remotos em toda a América do Norte contêm a maior parte dos recursos energéticos restantes, juntamente com o desejo dos Estados Unidos de alcançar a “independência energética” usando combustíveis fósseis, significa que o governo e a indústria estão visando agressivamente as terras tribais para atender às necessidades energéticas do país (e do Canadá). Este impulso de explorar recursos de combustíveis fósseis em terras indígenas é muito preocupante para todos os que estão trabalhando em questões energéticas e climáticas.

Como muitas comunidades indígenas são economicamente em crise e suas autoridades sofrem pressões para chegar a soluções, a indústria de energia consegue sustentar a promessa de benefícios econômicos de curto prazo para ter acesso a terras e recursos indígenas. A posse dos recursos energéticos, juntamente com economias em crise, deixa nossas Povos Indígenas do Norte vulneráveis às “soluções” econômicas destrutivas e de curto prazo do mundo dominante.

Mas esse “racismo” é praticado em todo o mundo. As elites dos países do Sul global que promovem sua agenda nacional para explorar o ambiente natural não têm nenhuma consideração pelos povos indígenas de seus países. Globalmente, têm se intensificado a exploração e a pilhagem dos ecossistemas e da biodiversidade do mundo, bem como as violações dos direitos inerentes aos povos indígenas que dependem deles. Os nossos direitos à autodeterminação, à nossa própria governança e ao desenvolvimento autodeterminado, os nossos direitos inerentes às nossas terras, territórios e recursos estão cada vez mais, e de forma alarmante, sendo atacados pela colaboração de governos, corporações transnacionais e ONGs conservacionistas. Ativistas e líderes indígenas que defendem seus territórios continuam a ser alvo de repressão e militarização, incluindo assassinatos, prisões, assédio e difamação como “terroristas”. A violação dos nossos direitos coletivos enfrenta a mesma impunidade. A realocação ou a assimilação forçadas atacam nossas futuras gerações, culturas, línguas, hábitos espirituais e relação com a terra, econômica e politicamente. Tudo isso está acontecendo em todo o planeta – em toda a nossa Mãe-Terra, e é uma injustiça.

E o que isso significa para a luta dos povos indígenas?

Olhando para os últimos 26 anos, dentro do movimento de justiça ambiental e econômica, nossos povos indígenas e as pessoas de cor têm dado sua alma ao movimento ambiental, tirando a proteção do ambiente de sua caixa quadrada, mudando políticas e construindo a base para a resistência estratégica de comunidades de base afetadas desproporcionalmente por indústrias poluentes, mas, mais ainda, lutando por transformação social e econômica.

A luta por nossos povos indígenas é baseada em direitos. Nós, Povos Indígenas de todas as regiões do mundo, estamos defendendo a nossa Mãe-Terra – nossas florestas, nossa água e toda a vida – contra a agressão do desenvolvimento insustentável e a superexploração de nossos recursos naturais pela mineração, a extração de madeira, as megabarragens, a exploração e a extração de petróleo. Nossas florestas sofrem com a produção de agrocombustíveis, biomassa, plantações e outras imposições de falsas soluções para a mudança climática e o desenvolvimento insustentável e prejudicial.

Nós também estamos lutando contra a mercantilização de toda a Vida – da natureza – da Mãe-Terra e do Pai-Céu. O capitalismo da natureza é uma tentativa perversa, por parte

de empresas, indústrias extrativas e governos, de ganhar dinheiro com a Criação, privatizando, mercantilizando e vendendo o Sagrado, todas as formas de vida e o céu, incluindo o ar que respiramos, a água que bebemos e todos os genes, plantas, sementes tradicionais, árvores, animais, peixes, a diversidade biológica e cultural, os ecossistemas e o conhecimento tradicional que tornam a vida na Terra possível e agradável.

A Mãe-Terra é a fonte da vida que precisa ser protegida, e não um recurso a ser explorado e comercializado como “capital natural”. Na condição de Povos Indígenas, entendemos o nosso próprio lugar e as nossas responsabilidades dentro da ordem sagrada da Criação. Sentimos a dor da desarmonia do mundo quando testemunhamos a desonra da ordem natural da Criação e a colonização econômica continuadas, além da degradação da Mãe-Terra e de toda a vida sobre ela.

O mundo moderno não pode alcançar a sustentabilidade econômica sem justiça ambiental e sem uma forte ética ambiental que reconheça o nosso relacionamento humano com o caráter sagrado da Mãe-Terra. O futuro da humanidade depende de um novo paradigma econômico e ambiental que reconheça plenamente os ciclos de vida da natureza e os direitos de nossa Mãe-Terra.

Além de nossos direitos como povos indígenas, nossa luta é pelo reconhecimento dos direitos da água a ser saudável, e os direitos da Floresta e da Mulher Sagrada da Floresta a ser saudáveis.

Eu falo com frequência dos meus medos, preocupações e ideias sobre a questão das nossas lutas. A partir do Norte, vejo que, se as tendências atuais continuarem, as árvores nativas deixarão de encontrar locais habitáveis em nossas florestas, os peixes deixarão de encontrar os seus cursos d’água habitáveis e a humanidade vai encontrar suas terras inundadas ou secas, devido à mudança climática e a eventos climáticos imprevisíveis e extremos. Os nossos povos indígenas já sofreram desproporcionalmente os efeitos negativos da soma de aquecimento global e mudanças climáticas, incluindo os efeitos negativos da indústria extrativa de combustíveis fósseis e seus sistemas de processamento.

A Mãe-Terra e seus recursos naturais não podem sustentar as necessidades de consumo e produção desta sociedade industrializada moderna e seu paradigma econômico dominante, que dá valor ao crescimento econômico rápido, à busca da acumulação empresarial e individual de riqueza, e a uma corrida para explorar os recursos naturais.

Eu enxergo os desafios do sistema não regenerativo de produção do mundo, que gera muito desperdício e poluição tóxica. Reconhecemos a necessidade de que os países, estejam eles aqui no Norte ou no Sul global, se concentrem em novas estruturas econômicas regidas pelos limites e restrições absolutos da sustentabilidade ecológica, as capacidades de carga da Mãe-Terra. Eu vejo a necessidade de uma partilha mais equitativa dos recursos globais e locais, e a necessidade de incentivar e apoiar as comunidades autossustentáveis.

Como povos indígenas, estamos observando a ONU, o Banco Mundial e outros setores financeiros e privados, incluindo indústrias de energia e extrativas, e inclusive estados norte-americanos, como a Califórnia, os quais promovem uma agenda da economia

“verde” que está expandindo a mercantilização, a financeirização e a privatização das funções da Natureza, que são os ciclos vitais da Mãe-Terra.

Devo falar sobre isso como uma das questões mais prementes que enfrentamos como povos indígenas. Este regime de economia “verde” atribui um preço monetário à natureza e cria novos mercados financeiros que só vão aumentar a desigualdade e acelerar a destruição da natureza – da Mãe-Terra – e, por sua vez, de nossas terras indígenas. Não podemos colocar o futuro da natureza e da humanidade nas mãos dos mecanismos especulativos financeiros como o comércio de carbono, regimes de compensação de carbono como Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e outros sistemas de mercado de conservação e compensação da biodiversidade.

Projetos do tipo REDD e de compensação de carbono já estão causando violações aos direitos humanos, concentração de terras e destruição ambiental. Se for implementado em todo o mundo, o REDD+ pode abrir as comportas para a maior concentração de terras dos últimos 500 anos. Essas iniciativas de compensação aliviam empresas criminosas, como a Shell e a Chevron.

Assim como historicamente a Doutrina do Descobrimento foi usada para justificar a primeira onda de colonialismo ao afirmar que os povos indígenas não têm alma e que os nossos territórios eram “*terra nullius*” – terra de ninguém – agora o comércio de carbono e o REDD+ estão inventando premissas desonestas semelhantes para justificar essa nova onda de colonização e privatização da natureza. É muito grave.

A relação inseparável entre humanos e a Terra, inerente aos povos indígenas, deve ser respeitada em nome de todas as nossas gerações futuras e de toda a humanidade. Esta é a luta.

Você consegue pensar em outras formas de abordagens de cima para baixo sobre os territórios indígenas, que sejam menos claras ou visíveis? E, se houver, você poderia explicar como essas imposições também são manifestações de racismo ambiental?

Na maioria dos sistemas de governança do Norte ao Sul globais, baseados em nações, países ou regiões, faltam mecanismos para a participação significativa dos povos indígenas no desenvolvimento de políticas. A maioria dos governos tem uma política paternalista, de cima para baixo, de decidir o que é melhor para seus povos indígenas, principalmente em termos de políticas de desenvolvimento energético e extração mineral. É muito raro os governos quererem conceder direitos sobre o subsolo a seus povos indígenas e limitar direitos de propriedade da terra. Há perguntas constantes a respeito de acordos secretos que estão sendo feitos pelos governos nacionais que, mais tarde, quando implementados, infringem os direitos dos Povos Indígenas. Então, quais são os mecanismos que estamos defendendo? Os princípios ou as normas do consentimento livre, prévio e Informado (CLPI) são muito importantes em todas as decisões governamentais que estão sendo tomadas. O CLPI também reserva o direito inerente de nossas comunidades indígenas dizerem *Não!* a quaisquer formas de desenvolvimento que cheguem a nossos territórios. No Norte, o governo dos Estados Unidos quer limitar a nossa voz e o nosso direito de dizer não, continuando a promover as políticas de “consulta”. A questão é: consulta a quem? Os governos gostam de

“consultar” nossos intermediários indígenas e nunca realmente vir ao nível de base, de comunidade, para se reunirem com o coletivo de nossas comunidades para discutir todos os aspectos de uma forma de desenvolvimento que eles querem impor ao nosso povo. Isso acontece em todos os lugares. Muitas vezes, eles já elaboraram os planos para o desenvolvimento. É por isso que exigimos que nossas comunidades indígenas estejam plenamente informadas antes que o desenvolvimento aconteça. E temos o direito de ser plenamente informados sobre todos os aspectos do que está sendo proposto – os bons e os maus. E, finalmente, temos o direito de oferecer o nosso consentimento coletivo, mesmo que tenhamos de dizer não ao projeto. O governo deve respeitar o nosso direito de dizer não, mas não é isso que acontece.

Como você acha que o movimento de solidariedade pela justiça social e ambiental pode ajudar a luta contra o racismo ambiental em todas as suas formas?

No Norte, no início dos anos 90, quando a magnitude do racismo ambiental e o clamor de nossos pedidos de justiça ambiental foram reconhecidos, nós nos reunimos, como povos indígenas, com as minorias, com as pessoas de cor. Fizemos isso como estratégia política para construir nosso poder para a transformação. Como Povos Indígenas, somos as “Primeiras Nações”, e somos nativos das terras e dos territórios dos Estados Unidos, e dissemos às pessoas de cor e aos movimentos por justiça social que estaríamos com eles, contanto que eles também fossem solidários com os nossos direitos como povos indígenas. Vimos a necessidade de construir um poder baseado na solidariedade com outros movimentos de justiça social e ambiental para fortalecer as nossas vozes pela mudança nos Estados Unidos. Essa estratégia continua dentro do movimento do clima, pois já aplicamos a palavra “justiça” a esse tema. Nesse movimento por justiça climática, compartilhamos muitos dos mesmos problemas com outras comunidades que são pobres, que enfrentam o racismo e a pobreza, e que estão sendo marginalizadas e discriminadas pela sociedade dominante dos Estados Unidos. Assim sendo, formamos nossas próprias alianças de justiça climática e mobilização das comunidades em luta e que estão na linha de frente da economia dos combustíveis fósseis, para nos levantarmos em uma só voz, exigindo mudança de sistema, e não mudança climática.

É preciso haver um diálogo entre povos e comunidades de linha de frente, indígenas e não indígenas, para pressionar seus governos a reavaliar um sistema jurídico colonial que não funciona. Essa solidariedade é necessária para construir uma base de poder, para desenvolver a educação popular e informar as comunidades que têm sido historicamente oprimidas sobre o que está acontecendo com a nossa Mãe-Terra. Através da educação popular e de princípios da organização comunitária, mais pessoas estão vendo a necessidade de um corpo jurídico que reconheça os direitos inerentes ao meio ambiente, aos animais, aos peixes, às aves, às plantas, à água e ao próprio ar.

Agora, assistimos aos movimentos sociais que começam a ver uma estrutura de poder que não tem respeito por ninguém, exceto pelo pequeno 1% das elites ricas. Eles estão começando a enxergar a sabedoria e a importância das cosmologias, filosofias e visões de mundo indígenas. É um esforço digno para mobilizar pela mudança de sistema com outros movimentos não indígenas. Precisamos de poder popular para buscar e alcançar soluções de longo prazo que se afastem dos paradigmas e ideologias vigentes, centrados na busca do crescimento econômico, dos lucros das empresas e da acumulação de riqueza pessoal como motores fundamentais de bem-estar social. As pressões externas do mundo continuarão a ter efeitos negativos sobre os nossos povos indígenas. Então,

como vamos mudar isso? Estabelecemos redes e construímos alianças com os aliados não indígenas e com os movimentos sociais. As transições apontarão inevitavelmente para sociedades dominantes que possam equitativamente se ajustar a níveis mais reduzidos de produção e consumo, e sistemas cada vez mais localizados de organização econômica que aceitem, honrem e se baseiem nos limites da natureza reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos da Mãe-Terra.

Obrigado.

Fora do radar: resistência ao mapeamento capitalista

Para muitos, o mapeamento é uma técnica insuspeita que auxilia a nossa orientação no mundo. O que frequentemente se esquece é que é importante saber quais agendas políticas estão sendo atendidas pelo mapeamento. Até a indústria global do “contramapeamento”, que permanece parcialmente útil para resistir à invasão auxiliada pelo mapeamento convencional, começou a adotar a espacialidade, a temporalidade e a lógica da mudança subjacente ao mapeamento hegemônico. Em um número considerável de regiões, a participação e a propriedade de ações na indústria de mineração e plantação, ou no REDD e outros projetos de compensação de carbono, substituiu a lógica da resistência e da cura, supostamente atendida pelo mapeamento participativo. Portanto, para dar sustentação à verdadeira transformação, deve-se incorporar uma história crítica dos movimentos do “mapeamento a partir de dentro” às agendas sociais de aprendizagem – diferente da indústria hegemônica do “mapeamento a partir de fora”.

As últimas quatro décadas têm testemunhado profundas transformações em todo o Sul global. Em meio a uma economia global de energias e materiais cada vez mais integrada, empresas bem financiadas correram para ocupar locais novos ou potenciais para a produção de valores. A produção foi fragmentada e redistribuída, os padrões comerciais, desmontados e reorganizados, e os estados nacionais, reconfigurados em reação a isso. Enquanto o lema “*Made in the World*” (Fabricado no mundo) substituiu etiquetas mais antigas, como “Fabricado na Alemanha” ou “Fabricado no Japão”, têm surgido formas novas e aceleradas de deterioração ecológica e social.

Uma parte dessas mudanças acontece no mapeamento. No passado, apresentar terras em mapas costumava ser uma forma de ajudar empresas e estados a reivindicar territórios e a organizar o conhecimento necessário para a acumulação de capital. “Outros” conhecimentos e reivindicações considerados irrelevantes eram ignorados com frequência.

O mapeamento capitalista amplia e transforma a logística militar. Esse mapeamento está cada vez mais especializado e mais restrito a sua origem disciplinar, não só pela acumulação de conhecimento que é considerada útil para a reprodução da economia global, mas também ao dispensar ou condenar simultaneamente qualquer “outro” conhecimento considerado irrelevante. Hoje, talvez o mapeamento como um todo esteja se tornando ainda menos democrático e mais elitista e excludente – mais distante das preocupações dos grupos sociais mais fracos. Investidores e líderes políticos consultam mapas globais que revelam onde o “encolhimento das regiões produtoras de alimentos” é “tolerável”, onde os “estoques de carbono florestal tropical” podem ser anexados, a custos menores, onde a terra agrícola tem o menor ou maior valor em dólar, onde novos

“corredores” que facilitem o comércio e a produção simplificados podem ser abertos com menos dificuldades, através de milhares de quilômetros de fronteiras políticas e topográficas, reorganizando comunidades humanas e não humanas. Em defesa da destruição, costuma-se citar o “desenvolvimento” que virá para os afetados como consequência do investimento em grande escala preparado por esses mapas.

No meio século desde o final da década de 1960, esse vigoroso remapeamento do mundo tem alimentado a confiança em um amplo espectro político – incluindo alguns dentro dos movimentos ambientalistas – na utilidade dessas “geografias” reducionistas.

O “planejamento do território” impulsionado pelo Estado mapeia áreas que estejam fora de blocos de investimento existentes ou em regiões já construídas, que possam ser devastadas ao menor custo político, a fim de torná-las disponíveis à próxima rodada de investimentos internacionais. Drones e satélites ajudam estados e empresas a alcançar uma precisão elevada e rentável na representação espacial de tudo – de tipos de solo a limites jurídicos.

Enquanto isso, as comunidades locais têm dificuldade para ser compensadas por invasões de seus territórios quando os mapas usados por seus adversários investidores e estatais nem mesmo reconhecem aquilo pelo qual elas precisam ser compensadas.

Espaços alternativos

No entanto, até mesmo as tentativas mais poderosas e sistemáticas de remapear a terra para uma nova onda de pilhagem produzem seu próprio inimigo. Cada tentativa de expandir as fronteiras do espaço monopolizado para gerar mais valor econômico provoca esforços para definir, defender, recuperar e recriar espaços “alternativos”.

Esses espaços podem ser encontrados não apenas em grandes eventos, como o Fórum Social Mundial, em cidades como Porto Alegre, Mumbai ou Túnis. Eles também estão sendo recriados em muitos lugares onde são corroídos os recursos comuns de pessoas que estão tentando se reconectar com suas próprias florestas, suas montanhas e seu solo.

Potencialmente, esses espaços “alternativos” também podem ser construídos fora dos espaços de vida transitórios, muitas vezes ignorados, dos novos despossuídos, incluindo posseiros urbanos, operários oprimidos e refugiados rurais. Nesses grupos, o sentido de comunidade só costuma ser invocado em situações de emergência, como ameaçadas de expulsão, e se manifesta em rebeliões ou motins. Porém, fora dessas situações de emergência, também surgem espaços não televisionados e não financiados para a aprendizagem colaborativa no longo prazo – para replantar terras devastadas, plantar cultivos voltados a atender às necessidades internas das comunidades e assim por diante. Esses esforços são formas de recultivar alguns dos órgãos dos quais que precisamos para seguir em frente.

Mapeamento alternativo

Tentativas de mapear esses espaços podem ajudar a construir novas arenas para desafiar a expansão capitalista, mas também podem acabar servindo, elas próprias, aos interesses globais corporativos ou imperiais.

O “contramapeamento” e “o mapeamento participativo” são exemplos disso. O contramapeamento geralmente recruta a ajuda de profissionais para criar mapas que melhor representem os interesses e as preocupações das pessoas comuns, enquanto o mapeamento participativo costuma se basear em informações que só as pessoas locais podem oferecer.

Esses esforços costumam ser bem intencionados, mas também podem reproduzir as formas discriminatórias de pensar sobre o espaço, que são típicas dos mapas dominantes.

Por exemplo, eles podem filtrar as vozes daqueles que não conseguem usar as tecnologias de mapeamento ou podem ignorar os vocabulários que eles usam. Podem representar espaços de vida locais, como lugares em uma propriedade ou um mapa de prospecção, contradizendo o que define esses espaços de vida. Mesmo ao tentar descrever a extensão da invasão de terras ancestrais ou a propagação de movimentos de resistência, eles provavelmente não conseguirão sondar a natureza dos conflitos subjacentes com muita profundidade, e muito menos representá-la em um mapa unidimensional.

Além disso, os esforços “alternativos” de mapeamento podem acabar servindo como fontes de informação comercialmente valiosa que Estados e empresas têm dificuldade de adquirir, como a localização em GPS de penhascos que correspondem à cor de amostras minerais específicas ou o conhecimento sobre práticas locais de conservação que possam ser posteriormente transformadas em mercadoria e vendidas, por exemplo, dentro de regimes de REDD+.

Na Indonésia, por exemplo, a Decisão 35 de 2013, do Tribunal Constitucional, obrigou o Estado a reconhecer “florestas consuetudinárias” em mapas territoriais tradicionais. Elas são mapeadas e administradas em conjunto com a participação das comunidades no REDD. No final de 2014, a Aliança Indonésia de Povos Indígenas (AMAN, na sigla em inglês) apresentou 517 mapas, cobrindo uma área de mais de 4,8 milhões de hectares ao agora extinto Conselho Executivo do REDD+, que tinha assumido um papel de “cuidador de dados” geográfico.

No pior dos casos, o mapeamento “participativo” degenera em pura manipulação. Em um conhecido exemplo da Indonésia, o World Wide Fund for Nature (WWF) emprestou 50 câmeras de vídeo a membros da comunidade em Lamalera, na ilha de Lembata, e treinou moradores locais em seu uso. A seguir, a comunidade usou as câmeras para gravar uma caça anual de baleias parcialmente cerimonial, não comercial, nas águas costeiras da ilha. Depois de pegar as câmeras de volta, o WWF usou as gravações para desacreditar os lamaleranos e propor que o governo proibisse aqueles rituais, sem qualquer esforço para analisar e compreender a história social dos moradores.

Caminhos para o avanço

Em nossos esforços para questionar ou “descentrar” o mapeamento agressivo do mundo por parte de um colonialismo ressurgente, podemos aprender muito com formas alternativas já estabelecidas de organização do espaço e do tempo.

O cosmos balinês, por exemplo, integra não só a cardinalidade espacial, por exemplo

direções em uma bússola, com virtude, cor e grau de sacralidade, mas também conecta eventos cósmicos, atividades humanas profanas e sagradas, bem como uma compreensão nítida e precisa do espaço vital ecológico, com um calendário híbrido. Esse sistema híbrido incorpora o calendário lunar e o solar, e inclui os calendários gregoriano, hijri, chinês, wuku e çaka. A ideia é calibrar ciclos temporais de rotinas sociais ou cerimoniais de acordo com as virtudes oferecidas pelas dinâmicas climáticas e microclimáticas. Hoje, por exemplo, moradores das quatro comunidades que guardam o Lago Tamblingan compreendem e vivem de acordo com um mapa mental detalhado da paisagem, baseado em um conjunto de leis ambientais na forma de inscrições que datam de 480 dC.

Mapeamentos de espaço associado com (por exemplo) os dois milênios *Shan Hai Jing* (os clássicos das Montanhas e dos Mares) ou o *mappamundi* da Europa medieval oferecem mais ferramentas para uma análise crítica do mapeamento capitalista contemporâneo.

A resistência, a cura e o restabelecimento dos recursos comuns exigirão esforços coletivos para entender e expor o extrativismo brutal de hoje. Nesse contexto, é importante destacar o papel que o mapeamento – incluindo muitas formas de mapeamento participativo – cumpre para ajudar a continuação do extrativismo. Mas a resistência, a cura e o restabelecimento também requerem diferentes tipos de mapeamento que põem em jogo códigos e racionalidades distintas daquelas que dominam a geografia capitalista, quanto ao uso do espaço, do tempo de trabalho, da energia e dos materiais da Terra.

Hendro Sangkoyo, hendro.sangkoyo@gmail.com
School of Democratic Economics - Indonésia

Mais leituras:

Dorofeeva-Lichtmann, Vera V. (1995). *Conception of Terrestrial Organization in the Shan Hai Jing*. *Bulletin de L'ecole française d'Extrême-Orient*, Tomo 82, 1995, p. 57-110, http://www.persee.fr/doc/befeo_0336-1519_1995_num_82_1_2297

Biggs, M. (1999). *Putting the State on the Map: Cartography, Territory, and European State Formation*. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 41, No. 2 (Abr., 1999), p. 374-405, <http://users.ox.ac.uk/~sfos0060/statemap.shtml>

A. B. Coury, Hendricks, T. A. e Tyler, T. F. (1978). *Map of prospective hydrocarbon provinces of the world*. U. S. Geological Survey.

Sassan S. Saatchi *et al* (2011). *Benchmark map of forest carbon stocks in tropical regions across three continents*, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, <http://www.pnas.org/content/108/24/9899.full>

World Bank (2011). *Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?*, <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>

Mapeamento comunitário: geo-grafando para a resistência

A geografia é uma disciplina associada à “simples” confecção de mapas, entendidos, em termos gerais, como um retrato fiel da realidade, e não como uma representação criada a partir de um determinado ponto de vista. Por outro lado, mas fazendo parte do mesmo conjunto, para os Estados e o capital, a Geografia sempre havia sido considerada um saber estratégico para “fazer a guerra”. Segundo o geógrafo radical Lacoste, isso ia muito além do sentido estrito de “dirigir operações militares”: o conhecimento sobre o

espaço se associava à política em um sentido mais amplo, sendo essencial para conhecer, organizar e controlar o espaço e a população sobre os quais o aparato do Estado exerce sua autoridade. A análise de Lacoste nos indica que o papel da Geografia para o fortalecimento dos Estados e das empresas foi além do conhecimento estratégico: a partir de sua institucionalização (como disciplina acadêmica e escolar no século XIX), a Geografia passou a cumprir um papel fundamental no processo de legitimar, nos imaginários coletivos, o monopólio do Estado como ordenador do território.

Essa perspectiva ocultava um olhar total sobre o espaço, gerando duas consequências distintas, mas estreitamente vinculadas. Por um lado, naturalizava as configurações espaciais como fatos dados (as fronteiras nacionais e as divisões político-administrativas dentro dos Estados, por exemplo), como se a conformação dos espaços não fosse um processo político, simultâneo ao próprio processo de organização de uma sociedade. Por outro, essa ocultação é responsável pela criação de um determinado imaginário coletivo que naturalizou o vínculo inerente do território ao Estado, como se outros grupos ou coletivos não fossem também atores que se apropriam e criam espaços, sendo, portanto, agentes legítimos de ordenamento de seus próprios espaços de vida e reprodução.

Esse poderoso imaginário coletivo começa a ser mais questionado a partir dos anos 1970 (e mais fortemente nas décadas seguintes), tanto no âmbito acadêmico (para o qual a obra de Lacoste foi essencial) quanto pelos próprios movimentos sociais que começam a se organizar a partir de então, com base em novas estratégias discursivas. Os movimentos indígenas e afro impulsionaram uma mobilização pelo reconhecimento da diversidade cultural, o que trouxe à tona o fato de que os Estados nacionais, longe de ter uma unidade cultural e territorial homogênea, são formados por muitas particularidades culturais que eram sistematicamente atropeladas pelo ordenamento territorial estatal, criticado como um desordenamento das formas de vida dos distintos povos. Baseados em uma análise crítica do modelo de Estado hegemônico, esses grupos questionam a naturalização da associação direta entre Estado, nação e território, buscando desfazer esse mito fundador da chamada “Modernidade”.

Articulados em torno de demandas por território e autonomia, esses movimentos explicitaram a existência de formas diversas de apropriação e uso do território, assim como de maneiras distintas de se relacionar com a natureza, de se organizar política e economicamente, e tentaram, através de suas lutas, forçar o Estado a reconhecer suas diferentes geografias. Suas demandas confrontavam diretamente o modelo de desenvolvimento e de organização social da colonialidade, propondo uma ruptura com o poder emanado dela, mas também com os saberes que a servem, propondo transformações políticas, epistêmicas e territoriais.

Talvez o caso das organizações indígenas latino-americanas (principalmente no Equador, na Bolívia, no México e na Colômbia) seja o mais emblemático em relação à mudança de discurso sobre esse imaginário. Ao politizar sua identidade e considerar como ponto central sua condição étnica como diferentes, os até então autoidentificados como camponeses mudarão radicalmente seus discursos e suas estratégias. Assim, a antiga luta pela terra foi ampliada e transformada em luta por território, autodeterminação e autonomia. Contudo, a denúncia relacionada à diversidade cultural (e suas respectivas territorialidades) dentro do Estado-nação não se restringe ao movimento indígena, pois setores urbanos, negros, camponeses, extrativistas (é o caso

dos seringueiros no Brasil) entre outros, também foram se articulando a partir dos 80, com base em um discurso que reconhece e respeita as reivindicações por autonomia territorial no seio dos Estados nacionais.

Em diálogo constante com esses movimentos e com as ciências políticas, a Geografia também passou por um período de se repensar criticamente, a partir do qual a suposta neutralidade da produção acadêmica e escolar começou a ser questionada. A “nova Geografia” da escola brasileira, encabeçada por Milton Santos, Carlos Walter Porto Gonçalves ou Rogério Haesbaert, ampliou sua compreensão do político e do território, cujo entendimento deixou de estar vinculado exclusivamente ao Estado. O território e as relações de poder passaram a ser entendidos a partir de uma perspectiva mais ampla, através dos múltiplos sujeitos envolvidos no espaço. O território deixa de ser monopólio do Estado, a geografia se converte em um aporte para marcar e demarcar a terra e grafá-la para ser apropriada material e simbolicamente pelos grupos subalternos – dimensões indissociáveis. Por isso, o território não é um fato dado de antemão, e sim o resultado de uma luta de intensidades diferentes pela apropriação de um determinado espaço entre distintos atores, sendo redefinido de forma contínua.

Parece fundamental a reapropriação crítica do conceito de território por parte dos movimentos sociais, assim como a estratégia de “Mapeamento” de seus territórios para se apropriarem deles visando a disputa frente às múltiplas violações. A partir desse olhar da geografia crítica, entendemos que o exercício do Mapeamento comunitário pode ser uma ferramenta de luta e de transformação social, da perspectiva de gerar poder desde os sujeitos políticos que estão enfrentando a territorialização do capital em seus espaços de vida. Como forma de forjar imaginários coletivos e individuais de legitimidade da apropriação do território frente ao Estado e às empresas, como forma de estimular processos de (re)conhecimento do próprio território por parte das gerações mais jovens em diálogo com as pessoas mais velhas, conhecedoras dele, em um contexto de descamponeização.

Destruir a hierarquia de saberes entre pessoas com diploma em geografia e as comunidades que fazem o território é fundamental. O formato final da cartografia resultante dependerá de sua finalidade: processos de Mapeamento nos quais não haja nenhuma cartografia, mapas mentais, mapas diagramados, produções artísticas, planos de vida de contraordenamento territorial, mapas cartesianos com todos os requisitos legais, etc. Dependerá da escala da reivindicação e da necessidade organizativa. Porém, nunca devemos nos esquecer de que a Geografia sempre é uma arma para a guerra. Lacoste nos lembra de que, com as melhores intenções, pode-se estar dando a informação mais apreciada pelo inimigo. Há risco de que, concebendo-se o Mapeamento como fim e não como meio, estejamos dando uma forte contribuição às estratégias de ordenamento do Estado e das empresas capitalistas. Além disso, o próprio Mapeamento comunitário tem sido uma das ferramentas mais usadas por encarregados de relações comunitárias de empresas petrolíferas, funcionários de ministérios interessados em destruir territorialidades indígenas, ONGs conservacionistas ou capitalistas que buscam implementar plantações de árvores, para dar apenas alguns dos exemplos mais conhecidos. A geografia crítica será uma contribuição, desde que vise à disputa pelo território entre distintos sujeitos políticos e opte por colocar suas ferramentas a serviço da apropriação territorial dos povos despojados. A partir desta ótica, o Mapeamento comunitário pode ser uma das táticas a usar.

Manuela Silveira e Manuel Bayón, geografiacriticaecuador@gmail.com
Coletivo de Geografia Crítica do Equador

O artigo original completo está disponível em
<https://geografiacriticaecuador.org/2016/04/10/Mapeamento-comunitario-geografando-para-la-resistencia/>

Algumas obras fundamentais da geografia crítica nas quais este texto se baseia:

LACOSTE, Yves (1990 [1976]). *La geografía: un arma para la guerra*. Barcelona: Editorial Anagrama.
SANTOS, Milton (1978). *Por una Geografía nueva*. São Paulo: Hucitec/EdUSP.
<https://geografiacriticaecuador.files.wordpress.com/2013/01/santos-por-una-geografica-nueva-completo.pdf>
PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (2003). *Geografando nos varadouros do mundo*. Brasília: IBAMA.
HAESBAERT, Rogério (2008) “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”. In: HEIDRICH, Álvaro [et al.] (org). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas/Porto Alegre: Ed. ULBRA/EdUFRGS.

As raízes coloniais racistas de conservação florestal ocidental: Examinando um projeto de REDD no Quênia

Seria a-histórico e apolítico não situar firmemente as raízes dos conceitos ocidentais sobre conservação da natureza na época colonial. A ecologista política e ecofeminista Dra. Vandana Shiva deixa essa relação muito clara em seu livro “*Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*” (Mantendo-se viva: Mulheres, Ecologia e Sobrevivência na Índia), onde afirma que,

“Ao colonizar a Índia, os britânicos começaram pelas florestas. Ignorando a riqueza dessas florestas e a riqueza de conhecimento da população local para geri-las de forma sustentável, desrespeitaram direitos, necessidades e conhecimentos locais, e reduziram essa fonte básica de vida a madeira para corte”. (Shiva, 1990)

Quando as mulheres do movimento Chipko, da região do Himalaya, levantaram-se para protestar e proteger suas florestas da exploração comercial na década de 1970, colocando seus corpos e vidas em risco, era uma continuação de quase um século de resistência em todo o país. A administração colonial britânica introduziu as Leis Florestais de 1878 e 1972, que corroeram completamente os direitos dos habitantes locais a suas florestas, concedendo acesso irrestrito aos militares britânicos e suas corporações.

Essas mulheres não estavam apenas rejeitando uma ordem política e econômica que lhes fora imposta e servia aos interesses do Império Britânico, incluindo uma elite local. Na verdade, elas estavam desafiando as diversas manifestações do capitalismo heteropatriarcal que agora se apresenta na redefinição e revalorização da “natureza”, com base em uma visão de mundo patriarcal ocidental. Uma visão que coloca o lucro antes do bem-estar de pessoas e ecossistemas, bem como antes de seu trabalho produtivo e reprodutivo. Uma visão que não enxerga o caráter interconectado da “natureza” e que está profundamente mergulhada na política racista de alterização do “nativo” e de suas formas de saber.

Um dos lugares onde essas tensões e diferenças ideológicas se revelam fortemente é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) – o organismo mundial encarregado de trabalhar com os governos do mundo para traçar um caminho que enfrente a crise climática. Infelizmente, o consenso entre grupos progressistas e comunidades que lutam todos os dias contra os impactos das crises é de que as negociações foram abertas ao *lobby* empresarial e permitiram que os países ocidentais – os principais responsáveis pelas crises – solapassem os princípios da equidade e da justiça e, na prática, intimidassem as nações do Sul a assumir a maior parte dos esforços de adaptação e mitigação através dos mercados de carbono.

A importância de florestas e ecossistemas florestais para este planeta vai muito além, pois eles funcionam literalmente como os pulmões da Terra ao absorver as emissões de dióxido de carbono e liberar oxigênio. Milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo os povos indígenas, dependem dos recursos florestais para a totalidade ou parte de seu sustento e sua subsistência. As florestas reabastecem os aquíferos quando a água passa por suas raízes; elas protegem os ecossistemas a jusante ao absorver o escoamento superficial, e possuem um grande valor espiritual, cultural e linguístico em todas as partes do mundo, mas ainda mais nas visões de mundo dos povos indígenas.

A Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) é um exemplo de um mecanismo de mercado de carbono no âmbito da UNFCCC. Ela atribui um valor monetário ao carbono a ser “absorvido” pelas florestas, sob a crença de que dar dinheiro a comunidades locais, Estados, ONGs e empresas vai proporcionar os “incentivos” para proteger as florestas – e o carbono que possuem. Isso reformula a visão das crises climáticas não como um problema histórico enraizado no modelo de desenvolvimento capitalista baseado em combustíveis fósseis, e sim como um problema de mercado a ser resolvido pelos mesmos sistemas econômicos que criaram esse problema.

REDD no Quênia: reforçando desigualdades históricas

O “projeto do corredor de REDD Kasigau”, localizado no distrito de Taita Taveta, no Quênia, é um caso interessante para se entenderem as formas como os mercados de carbono despolitizam e des-historicizam não só experiências das comunidades locais com as maneiras em que se destroem seus ecossistemas e meios de subsistência, mas também as discussões sobre as mudanças climáticas globais. O projeto, agora em sua terceira fase de implantação, teve início em 2008, em terras que estão sob vários sistemas de propriedade e posse: individual, empresas privadas e Empresas Agrícolas Dirigidas (DACs, na sigla em inglês).

O projeto Kasigau é implementado pela Wildlife Works, uma empresa privada com sede nos Estados Unidos, que estima que ele ajudará a evitar mais de 48 milhões de toneladas métricas de emissões de carbono ao longo de 30 anos. As reduções de emissões se dão principalmente através de práticas de monitoramento de mudanças no uso da terra e em seu manejo, que incluem interromper a agricultura de corte-e-queima e a produção de carvão, bem como reduzir o desmatamento e a degradação florestal. Estima-se que o projeto empregue 400 pessoas na execução de suas operações, incluindo uma fábrica que faz processamento de exportações para roupas.

Os créditos de carbono gerados pelo projeto são vendidos no mercado voluntário, e a receita é dividida em três partes (pelo menos em teoria): um terço vai para quem implementa o projeto, a Wildlife Works, um terço vai para as comunidades locais nas áreas de assentamento e o terço restante vai para os fazendeiros. Um estudo lançado no ano passado mostra a maneira problemática em que os lucros estão sendo divididos atualmente. Na realidade, os proprietários de terras (fazendeiros) são pagos em primeiro lugar, a seguir se deduzem os custos do projeto, e o restante do dinheiro é distribuído para as comunidades locais (1).

O estudo também revela que os fazendeiros haviam assinado contratos de 30 anos, que lhes davam direito a um terço da receita gerada antes de se deduzirem os custos associados à implementação do projeto. As comunidades locais, por outro lado, não têm contratos juridicamente válidos com o projeto, que definam claramente sua parte na receita. Elas tinham apenas algo que pode ser descrito como um “acordo de cavalheiros”, e muitas vezes receberam apenas um sexto das receitas arrecadadas – isso apesar de essas comunidades não terem permissão para praticar agricultura de subsistência nem usar as florestas como costumavam.

Mas a alocação de receitas não é o único problema associado ao projeto de carbono. Há questões graves relacionadas ao modo como ele está reforçando ainda mais as desigualdades históricas em torno da terra, que as comunidades locais (mais notavelmente os taitas) têm enfrentado desde quando o Quênia estava sob domínio colonial britânico. O terreno onde o projeto está situado era terra comunal, desde antes de as políticas fundiárias coloniais no século XX mudarem profundamente o sistema de posse da terra, que passou a várias formas de propriedade privada, aprofundadas ainda mais pelos sucessivos governos pós-independência do Quênia.

Nas décadas de 1920 e 1930, a administração colonial facilitou a criação de grandes propriedades agrícolas comerciais que plantavam principalmente sisal e café, ao arrendar terras para os fazendeiros brancos. Durante esse período, milhares de comunidades locais foram rapidamente expulsas de suas terras e impedidas de acessar as terras comunais que usavam de forma sazonal para caça, coleta e pastoreio. O governo rotulou essas terras como “ociosas” – termo ainda empregado para descrever as terras usadas por comunidades locais e indígenas em todo o mundo. Além disso, mais terras de comunidades locais foram anexadas para a criação de parques e reservas nacionais, aumentando ainda mais suas queixas sobre problemas de terras e também minando o conhecimento e a relação que as comunidades tinham com a natureza e a vida selvagem.

Depois da independência, foram criadas fazendas em terras mantidas em nome de comunidades locais por conselhos de governo locais, mas, ao invés de reverter as injustiças históricas que as comunidades há muito enfrentavam, uma elite local formada principalmente por políticos concedeu a si mesma e a seus aliados arrendamentos de terras, que foram dados a indivíduos ou acionistas, em Empresas Agrícolas Dirigidas (DACs). Com o tempo, a maioria das fazendas se endividou devido à má gestão e ao fracasso geral dos mercados locais de café e sisal, mas a dinâmica da propriedade de fazendas ainda permanece, mesmo que muitos dos membros da comunidade local tenham sido forçados a se tornar invasores nessas fazendas e em outras terras pertencentes a particulares.

O que acontece quando comunidades já marginalizadas pelos sistemas de posse da terra que privilegiam propriedade privada individual são submetidas a projetos que garantem que a riqueza e o poder baseados na terra permaneçam nas mãos de uns poucos? E o que acontece quando esses projetos restringem o trabalho de subsistência e o sustento que as comunidades fazem ao “isolar” florestas para projetos de carbono? O projeto Kasigau não só aprofunda a questão da injustiça em relação à terra, mas também favorece explicitamente os fazendeiros em matéria de divisão de receitas. No entanto, só as comunidades locais arcam com os custos da insegurança fundiária e as exigências rígidas do projeto de carbono sobre o uso da terra.

As “questões do Carbono” não podem ser separadas das preocupações mais amplas em torno dos direitos sobre a floresta e os direitos humanos. É por isso que comunidades que diariamente travam lutas de resistência e ativistas de todo o mundo reivindicam que os discursos sobre as mudanças climáticas, bem como as soluções, precisam estar atentos à política e às histórias do mundo e, particularmente, às narrativas geopolíticas que marcaram a associação do Norte e do Sul globais.

Como estão, os mecanismos de mercado como o REDD+ redefinem “a natureza” ao tomar um caminho particularmente ideológico – que reforçaria ainda mais a “supremacia” de um conceito ocidental de conservação que vê as florestas apenas como árvores e, depois, literalmente como dinheiro. Enquanto isso, as comunidades locais são consideradas obstáculos à “conservação da natureza” e, portanto, ao lucro. Em última análise, o REDD+ não aborda as causas fundamentais da destruição da floresta. Projetos como o Kasigau não apenas aprofundam as desigualdades locais e as práticas racistas, mas também permitem que as indústrias poluentes que estão comprando os créditos de carbono gerados por eles façam o mesmo em outros lugares.

A escala e a velocidade das crises ecológicas relacionadas a alimentos, energia e clima não são apenas inéditas; seus impactos estão concentrados, em grande parte, no Sul Global e em espaços e territórios do Norte Global, onde residem pessoas de cor, incluindo populações tradicionais e povos indígenas. Em todo o mundo, tem ficado extremamente claro que os impactos das crises ecológicas têm diferentes marcas de raça e classe. O isolamento de terras e territórios dos povos usando projetos de REDD+ reforça as ideologias racistas e discriminatórias da guerra de classe aos pobres em torno do acesso à terra, que são contrárias a recursos comuns, mulheres, indígenas. Devemos rejeitar a ideia de que nossas florestas estão à venda!

*Ruth Nyambura, africanecofeminist@gmail.com
Ruth é membro do Coletivo Ecofeminista Africano*

(1) <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837715002926>

A “Natureza não humana”: uma invenção que busca desagregar sociedades cujas raízes estão nas florestas

Alguma vez você se perguntou a que a palavra “natureza” se refere? As raízes coloniais desse conceito e o principal uso que se faz dela atualmente aludem a uma “natureza” definida como o “natural não humano”. Uma coleção de espécies “intocadas” ou um “espaço selvagem” separado das populações humanas. Embora tenham sido promovidas

no princípio do século passado, essas ideias continuam pautando muitos dos debates e projetos desenvolvidos atualmente em nome da “conservação”, incluindo “especialistas” e ONGs especializadas no “controle” e no “manejo” da “natureza”. Portanto, os povos que coexistiram por gerações nesses “espaços” e com eles são vistos como uma ameaça e um estorvo à “conservação” da cobiçada Natureza não humana. O pressuposto da superioridade desses “especialistas” sobre os conhecimentos, as práticas e as vidas dos povos da floresta reforça a ideia errônea e racista de que a natureza e os seres humanos são separados. Isso sugere que os “especialistas” – em sua maioria brancos e “civilizados” – podem entrar na Natureza não humana, estudá-la e alterá-la, ao mesmo tempo em que nega o papel cumprido durante milhares de anos na conformação dessa “natureza” pelos povos das florestas. Como consequência, a ideia dominante de que existe uma separação entre natureza e sociedade se torna fundamental na pressão por fragmentar e dominar conhecimentos e sociedades enraizados na floresta.

A maioria das organizações de conservação ressalta as supostas ameaças geradas pela expansão das populações humanas nos lugares onde se encontra a “natureza”. Uma natureza externa que, como tal, se pode dominar, controlar, manejar, categorizar e (ab)usar plenamente como “recurso natural”. A supremacia dessa definição no imaginário político também é uma estratégia de dominação e poder. Como explica o pensador Boaventura de Sousa Santos: “Transformada em recurso, a natureza não tem outra lógica além da exploração à exaustão. Separada do homem e da sociedade, não é possível pensar em interações mútuas” (1). É assim que, na atual pressão da Economia Verde, até as atividades de “conservação” se convertem em outro recurso. As “áreas protegidas” se estabelecem cada vez mais levando em conta os benefícios econômicos dos mercados de compensação. Os projetos do tipo [REDD](#) ou de [compensação pela perda de biodiversidade](#), por exemplo, geram créditos vendáveis nos mercados financeiros que, além disso, permitem desmatamento e contaminação “equivalentes” aos “conservados” no projeto de compensação.

Nesse contexto, não é de estranhar que a grande maioria dos projetos de “conservação” que trabalham com comunidades vise “ensinar” ou “capacitar” os povos de floresta sobre o uso de outras práticas de subsistência que permitam deixar seus entornos “intactos”. Em outras palavras, restringe-se enormemente o uso que eles podem fazer de suas florestas e territórios, assim como a possibilidade de existirem como povo em estreita interação com seu entorno. Assim, tentam-se destruir povos que vivem não apenas em estreita relação, mas também como parte intrínseca da “natureza”.

Mas por acaso o desmatamento não é gerado pela destruição em grande escala resultante de atividades extrativas, infraestrutura, plantações industriais, extração de madeira, etc.? Sim, por isso esta reflexão trata de como a maioria dos projetos de “conservação”, integrada a um sistema estruturalmente racista, propõe “mudar” os povos da floresta e não as causas diretas do desmatamento. A missão “civilizatória” da colonização continua, e muito presente, nas práticas e formas de pensar de muitas ONGs e programas governamentais, o que, por sua vez, encobre o papel destrutivo dos grandes projetos industriais no desmatamento.

A tradicional prática de rotação de cultivos, por exemplo, usada amplamente pelas comunidades da floresta – que consiste no uso de uma pequena área de floresta para o cultivo de alimentos durante algumas estações, para depois deixar que se regenere enquanto se prepara outra área para o cultivo – é identificada como a grande causa do

desmatamento. Instituições multilaterais, como o Banco Mundial e a FAO, têm sido fundamentais na estigmatização dessa prática como “retrógrada” ou “atrasada”. Em 1957, a partir de um informe da FAO no qual se declarava que a rotação de culturas era uma “etapa atrasada da cultura em geral” (2), ela se consolida entre os “especialistas” no assunto como prática devastadora de biodiversidade e florestas.

É importante salientar que a conversão permanente de florestas em pastagens ou grandes monocultivos é claramente nociva, seja por empresas transnacionais ou locais, mas isso é radicalmente diferente da prática tradicional de rotação de cultivos. Apesar das muitas diferenças entre povos, tradições e florestas, seu denominador comum é o fato de que a rotação de cultivos permite manter o solo fértil, evita o uso de pesticidas ou fertilizantes e permite a regeneração da floresta, ao deixar que a área cultivada descanse e manter um ciclo constante de rotação. Nos casos em que a rotação de cultivos esteja causando a degradação da floresta, é comum que a causa anterior seja um encurtamento dos ciclos por haver menos terra disponível, o que impede a rotação. A degradação é quase sempre resultado da expansão das megaplantações industriais ou dos megaprojetos de infraestrutura ou corte industrial de madeira, que tomam a terra da qual as comunidades dependem para a produção de alimentos (3).

REDD: florestas com gente sem direitos?

Como era previsível, o cultivo de rotação, ao ser estigmatizado como um dos principais problemas das florestas, agora também é apresentado como um problema em função da mudança climática. Os programas e projetos de REDD não se cansam de dizer que têm a suposta “solução” para o “problema” populacional da “natureza”, ao afirmar que o REDD trará benefícios econômicos a essas populações, desde que elas mantenham suas florestas intactas. Ou seja, transformam territórios em florestas sem gente ou em florestas com gente sem direitos de uso, criando conflitos maiores entre comunidades e dentro de cada uma delas, e atentando contra seus meios de subsistência e seus conhecimentos tradicionais. Os documentos oficiais de REDD costumam incluir propostas para aumentar os rendimentos nos terrenos existentes, através da “modernização” das práticas tradicionais, tais como cultivos de rotação. A realidade, contudo, é que a grande maioria dessas propostas fracassa porque não é adequada às circunstâncias locais específicas. Além disso, a ideia de querer “educar” os povos da floresta para “melhorar” suas práticas tradicionais com um projeto que gerará créditos que, por sua vez, permitirão a continuação da contaminação e do desmatamento em outro lugar é basicamente racista e paternalista.

Para grupos internacionais de conservação, como *The Nature Conservancy*, Conservation International e WWF, o REDD é um bom negócio, porque eles podem obter grande parte das doações internacionais e do financiamento para o clima que estão disponíveis para o REDD. Participam de muitos projetos e iniciativas de REDD, operam em muitos casos como intermediários para chegar às comunidades e atuam como assessores nos planos de REDD em nível nacional, regional e municipal. Nenhum desses grupos revelou o tamanho de seus orçamentos de REDD nem quanto de seus recursos provém do financiamento para o clima que os países industrializados contabilizam como pagamentos de REDD ao Sul global (4).

“Não há compensação, só multas a pagar”: o programa de Conservação Integral das florestas de Madagascar, do WWF e da Air France (5)

O “Programa de Conservação Integral das florestas” de Madagascar é dirigido pelo WWF Madagascar, e cobre 380.000 hectares de floresta úmida e 125.000 de floresta seca e espinhosa. A primeira etapa do projeto, de outubro de 2008 a dezembro de 2012, foi financiada por uma contribuição de 5 milhões de euros da companhia aérea Air France. A *GoodPlanet* funcionou como elo entre a Air France e o WWF Madagascar, e foi responsável pelos aspectos metodológicos e científicos do projeto. Com o início da segunda fase, no ano de 2012, a Fundação *GoodPlanet* transferiu a gestão das atividades à associação Etc Terra. O financiamento dessa segunda etapa veio da Agência Francesa de Desenvolvimento e do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial, enquanto a Air France também poderia contribuir com mais um milhão de euros. A geração de créditos de carbono é um dos objetivos da segunda etapa.

Um informe de Basta! e Amigos da Terra França cita Pierre de Caussade, ex-diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Air France: “Esse projeto foi desenvolvido, em parte, para ajudar às comunidades locais a administrar melhor seus meios de subsistência e melhorar suas condições de vida, mas também havia um aspecto científico, em sintonia com nossas preocupações sobre a mudança climática. Estimamos que o programa nos permitirá reduzir as emissões causadas pelo desmatamento em 35 mil milhões de toneladas de CO₂”.

Em 2010, a Air France emitiu uma declaração esclarecendo categoricamente que, de forma nenhuma o projeto era um programa de compensação de carbono. Dois anos e meio mais tarde, a empresa reconhece que o projeto gerará créditos de carbono e afirma que todo o dinheiro se destinará às comunidades locais. Um relatório e um vídeo da Amigos da Terra-França mostram que isso tampouco é verdadeiro. A aplicação do projeto limita o acesso da população a zonas de florestas e ameaça desalojar as populações locais, pondo em risco seus meios de subsistência. As florestas e a terra já não são espaços que possam ser meio de vida e sustento, convertendo-se em reservas de carbono que devem ser protegidas pela Air France para que ela possa oferecer a seus clientes voos que sejam neutros em carbono. Para vigiar as terras cujo uso está proibido, criou-se uma polícia florestal que se encarregaria de monitorar os moradores das aldeias que abrem clareiras na floresta para cultivar alimentos para consumo próprio. Qualquer pessoa flagrada corre o risco de receber uma multa elevada. Se o indivíduo não puder pagar, poderá ir para a prisão. As patrulhas contam com a ajuda de aviões que sobrevoam as aldeias. As atividades de vigilância mostram que um dos principais objetivos do projeto é impedir que as comunidades pratiquem *hatsake*, ou agricultura migratória: “Se eu não quiser pagar [a multa], eu corro o risco de terminar na cadeia. Estamos assustados, por isso nem tocamos na floresta. Nem para alimentar a nossos filhos. É bem difícil: onde vamos conseguir 800.000 *ariary* [moeda nacional] se nos pegarem abrindo uma clareira?”, perguntou um morador aos investigadores de Basta! e Amigos da Terra-França.

As atividades de “conservação” parecem estar muito mais relacionadas à tomada de territórios, à violação de direitos coletivos e a benefícios econômicos por parte das grandes indústrias (que podem continuar seus negócios e expandi-los sem problemas) do que a qualquer outra coisa. Os financiadores das ONGs de conservação e de projetos de compensação do tipo REDD nos alertam sobre quem são os reais beneficiados: indústrias extrativas, empresas de plantações industriais, o Banco Mundial, entre outros. Da mesma forma, a estigmatização da agricultura de rotação tradicional como causa

principal do desmatamento, assim como a violação aos direitos de uso dos povos da floresta, é um ataque frontal contra essas populações e suas culturas. Enquanto a convivência dos povos com a “natureza” segue sendo atacada e até mesmo proibida, apesar de eles terem conseguido manter as florestas em pé, os rios limpos e os solos férteis, os projetos e programas de “conservação” vão facilitando a continuação de um sistema econômico que está nas raízes da devastação ambiental e social.

Joanna Cabello, joanna@wrm.org.uy

Membro do secretariado internacional do WRM

- (1) Boaventura de Sousa Santos, 2008, “*Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipadora*”,
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Conocer%20desde%20el%20Sur_Lima_2006.pdf
- (2) <http://www.fao.org/docrep/x5382e/x5382e03.htm#shifting%20cultivation>
- (3) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/como-os-projetos-de-redd-prejudicam-a-agricultura-camponesa-e-as-verdadeiras-solucoes-para-as-mudancas-climaticas/>
- (4) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/como-os-projetos-de-redd-prejudicam-a-agricultura-camponesa-e-as-verdadeiras-solucoes-para-as-mudancas-climaticas/>
- (5) Resumo da publicação do WRM, “REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras”,
<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>
Ver, também, Basta! & Amigos de la Tierra (2013): “*REDD+ in Madagascar: You Can't See the Wood for the Carbon*”. http://www.amisdelaterre.org/IMG/pdf/rap_madagascar_en.pdf

Colômbia: Mulheres sementes de mobilização e resistência

*Se nos tocam o sangue, nos tocam a terra,
se nos tocam a terra, nos tocam o sangue.*

Palavra de ordem das mulheres do povo Xinka (Guatemala)

A política de desenvolvimento dos últimos governos nacionais da Colômbia tem priorizado a extração de bens naturais, com explorações em grande escala, voltadas a exportação. Para isso, o discurso sobre a “confiança dos investidores” justifica a promoção de políticas, programas e projetos que favorecem às grandes transnacionais mineradoras e petrolíferas. Enquanto avança a fronteira extrativa e se consolidam projetos para a extração, fundamentalmente de petróleo e minerais, crescem também as lutas em defesa dos territórios, da água e da vida, várias delas lideradas por mulheres.

Em Santander, as mulheres do rio Sogamoso vêm lutando há vários anos em defesa de seu território, diante do projeto hidroelétrico que usurpou o nome do rio. Em 2011, as mulheres do norte do Cauca realizaram uma marcha rejeitando a mineração ilegal e legal, que perturba sua tranquilidade e não garante seu bem viver. Em Piedras, Tolima, um grupo de mulheres esteve no centro da primeira consulta popular realizada na Colômbia contra a mineração. Na Guajira, as mulheres se organizaram para defender seu território de uma atividade de extração de carvão que já tem várias décadas; em todo o país, as mulheres são cruciais nas lutas antiextrativas, e sua voz e suas propostas são cada vez mais presentes nos cenários do confronto com políticas e projetos.

Essa situação é semelhante no cenário latino-americano. Em Honduras, é impossível imaginar o processo social contra-hegemônico sem recordar o papel cumprido por Berta Caceres, assassinada recentemente; no Equador, as mulheres indígenas e ecologistas têm liderado grande parte das dinâmicas de defesa territorial; no Peru, Máxima Acuña

Atalaya, uma camponesa, enfrentou a empresa mineira Yanacocha e a polícia para defender seu território em Cajamarca do projeto de mineração Conga. Recentemente, Máxima teve o reconhecimento do prêmio internacional Goldman, que é dado a pessoas destacadas na defesa da natureza. Em nível de articulação, existe a Rede Latino-americana de Mulheres Defensoras da Natureza, que articula processos de mulheres, do México ao Cone Sul do continente.

Nesse contexto, e há mais de duas décadas, a Censat Água Viva (Amigos da Terra, Colômbia) acompanha comunidades e organizações que defendem seus territórios diante do avanço dos processos extrativos. Em 2011, o aprofundamento do modelo extrativista estimulou as lutas sociais em defesa da água e da vida, e a participação da mulher foi cada vez mais visível nesses processos. Por essa razão, decidimos convocar o Encontro Nacional e Latino-Americano Mulheres e Mineração, com o propósito de socializar a dimensão da política nacional de mineração e seu plano de desenvolvimento, bem como os impactos na vida das mulheres e as alternativas que elas e as comunidades constroem em defesa de suas vidas, seus corpos e seus territórios. Esse encontro contou com a presença de mulheres de vários países latino-americanos e a participação ativa de mulheres de várias regiões do país, possibilitando realizar um diagnóstico do impacto da mineração sobre a vida das mulheres e as condições de seus territórios e comunidades, e identificar e socializar ações de resistência comunitária na defesa do território, bem como formas para que as mulheres se envolvam nesses processos.

Em 2013, convocou-se um grupo de cerca de 45 mulheres provenientes de Caquetá, Santander, Guajira, Meta, Chocó, Tolima, Norte de Santander, Putumayo, Cauca, Antioquia, Boyacá, Cundinamarca, Bogotá e Vaupés, para que participassem da Escola de Sustentabilidade Mulheres e Mineração. As mulheres são membros de organizações camponesas, indígenas, negras, ambientalistas e urbanas.

Através desse processo formativo, possibilitou-se o intercâmbio de experiências e se obteve uma reflexão que permitiu aprofundar o debate sobre os impactos para as relações sociais e culturais das mulheres que habitam um território onde se desenvolve alguma atividade extrativa. A partir desse trabalho, reconheceram-se os impactos diretos no corpo das mulheres e se fortaleceu a posição de defender o *território-corpo* para defender o *território-terra*, enfatizando a relação com os bens comuns, principalmente a água.

Nos processos organizativos, as mulheres potencializaram a revalorização dos saberes tradicionais e da cultura, e contribuíram para democratizar as organizações comunitárias e sociais. A ênfase na economia, bem como a defesa do território e da cultura nas mãos das mulheres, leva à reflexão coletiva e fortalece os laços comunitários. Contudo, a inserção da mulher nos diferentes espaços e processos de resistência requer um trabalho sistemático e constante, pois muitos espaços da vida política e social do país estão feitos por homens e para homens.

Sobre nosso exercício de documentário

Durante mais de quatro anos, registramos em material audiovisual a dinâmica organizativa e formativa das mulheres na Escola da Sustentabilidade e seus encontros,

transitamos pelas regiões para acompanhá-las e registrar suas lutas, suas mobilizações, seus protestos.

Sendo assim, o documentário “Mulheres Defendendo Territórios” (1) permite tornar evidentes as dificuldades que as mulheres enfrentam – aquilo que Berta Cáceres caracteriza como o “sistema capitalista, racial e patriarcal”, baseada em uma “ditadura transnacional” que funciona através da destituição de território das comunidades e que violenta especialmente as vidas das mulheres. A mineração, nas palavras de Lorena Cabnal, exerce violência sobre os corpos e a natureza.

As defensoras da vida e dos territórios enfrentam permanentemente contextos locais de repressão e agressão. São frequentes o assédio, as ameaças e a perseguição às mulheres defensoras por parte de Estados, atores armados, empresas privadas e, inclusive, seus companheiros em suas organizações, que se opõem à participação e à liderança das mulheres. Frente a essas agressões, reina a impunidade. Por isso, as mulheres, junto a suas organizações, tiveram que gerar estratégias para enfrentar a perseguição, as ameaças de morte e a criminalização que sofrem.

Mas o documentário permite ver que as mulheres não apenas denunciam, mas também se constituem em sementes de mobilização e resistência. Elas fazem marchas, organizam consultas autônomas e populares para que as comunidades e a cidadania possam expressar sua rejeição à mineração em seu território, fortalecem seus argumentos, constroem propostas econômicas e impulsionam estratégias de cuidado da vida e do território.

Além disso, o documentário mostra a diversidade das lutas dessas mulheres indígenas, camponesas, afrocolombianas e urbanas, que tecem solidariedade, forças, propostas, saberes e memória para seguir se mobilizando e construindo ativamente suas comunidades locais e unindo laços de solidariedade em suas lutas com outros processos na América Latina.

Desfrutem do vídeo!

Censat Água Viva, Colômbia
<http://censat.org/>

(1) Assista o vídeo em: <http://censat.org/es/videos/mujeres-defendiendo-territorios>

ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

A compensação de biodiversidade da Rio Tinto em Madagascar: Como a cultura e a religião são usadas para impor restrições

Em setembro de 2015, a [Re:Common](#) e o WRM investigaram uma das iniciativas de compensação de biodiversidade mais amplamente anunciadas no setor de mineração: a da Rio Tinto no sudeste de Madagascar. A Rio Tinto e seus parceiros do setor de conservação afirmam que a estratégia de conservação de biodiversidade da empresa vai acabar tendo, inclusive, um “Impacto Positivo Líquido” sobre a biodiversidade, o que

significa que a presença da empresa na área beneficiaria a biodiversidade – mesmo que a extração de ilmenita na mina da Rio Tinto vá destruir 1.600 hectares de uma floresta costeira rara, com muitas espécies encontradas apenas nesse tipo de floresta em Madagascar. O “Impacto Positivo Líquido” deve ser alcançado por uma combinação de medidas de conservação dentro da concessão de mineração com compensações de biodiversidade em três locais diferentes.

O WRM e a Re:Common visitaram comunidades afetadas por uma das compensações de biodiversidade, o local Bemangidy-Ivohibe, cerca de 50 quilômetros ao norte da concessão. Queríamos saber o que aquelas e aqueles mais diretamente afetados pela compensação de biodiversidade da Rio Tinto pensam dessa iniciativa-piloto no setor de mineração.

A não divulgação às comunidades de que o “projeto de conservação” é, na verdade, uma compensação de biodiversidade

Descobrimos que pouca informação foi disponibilizada às comunidades sobre o que são realmente as compensações de biodiversidade. Os moradores não tinham sido informados de que o que lhes tinha sido apresentado como um “projeto de conservação” fora concebido, na verdade, para compensar a destruição de uma floresta costeira única e rara – e os meios de subsistência de famílias dependentes dela – perto da cidade de Fort Dauphin, cerca de 50 km ao sul do local de compensação de biodiversidade de Bemangidy-Ivohibe, onde a Rio Tinto QMM (1) está extraindo ilmenita.

Por exemplo, logo após a nossa chegada a uma vila, ouvimos: “A empresa QMM tem esse projeto aqui para proteger a floresta, e eles estão trazendo estudantes de Tana [Antananarivo, capital de Madagascar] para fazer pesquisa aqui na floresta. Nós não entendemos muito bem o que a QMM quer aqui. Eles estão plantando algumas árvores e é isso. Nós não entendemos, e ficaríamos muito gratos se vocês pudessem nos dar mais informações sobre os planos deles”.

Antes da chegada do projeto de compensação de biodiversidade da Rio Tinto QMM, os moradores praticavam agricultura itinerante para plantar seu alimento básico, a mandioca, na borda da floresta. Dentro das restrições impostas pela compensação de biodiversidade de Bemangidy, os moradores já não são autorizados a plantar mandioca ao longo da borda da floresta nem a usar essa floresta como faziam antes.

Ameaça à segurança alimentar

Como os moradores foram informados de que já não podiam plantar ao longo da borda da floresta, as comunidades começaram a procurar novas áreas para cultivar, e o único lugar disponível são as dunas de areia. As roças estão agora até 3 a 4 quilômetros de distância das vilas e, para chegar lá, os moradores têm que caminhar por cerca de uma hora, passando por pequenas lagoas e riachos. Eles explicaram que durante a estação das chuvas (de novembro a abril), ir e vir das roças é traiçoeiro, principalmente transportando alimentos de volta às vilas. Além disso, a produtividade no solo arenoso é menor do que nas roças da floresta, e a plantação de mandioca nesses solos não está indo bem. Os novas roças de mandioca não estão produzindo o suficiente para alimentar todas as famílias nas vilas.

Sendo assim, em termos apenas de segurança alimentar, a compensação de biodiversidade da Rio Tinto QMM em Bemangidy está se revelando um desastre. Ela deixa os moradores sem o seu alimento básico durante grande parte do ano, e as famílias não têm renda regular em dinheiro para comprar comida. Ao mesmo tempo, nenhuma das atividades alternativas para gerar rendimentos que foram prometidas no início do projeto apareceu em vilas como Antsofso, e os moradores ainda têm de receber uma compensação pela perda de acesso a suas terras tradicionais.

Segundo os moradores desse local de compensação de biodiversidade, as restrições foram impostas sem negociação e com pouca consideração por sua situação. “Eles não vêm perguntar, eles vêm dizer”, foi um comentário feito por moradores em várias ocasiões durante a nossa visita. Se as pessoas são encontradas plantando sem licença na floresta ou em zonas onde o uso é proibido, elas têm que pagar uma multa entre 50.000 e 1.000.000 *ariary* (cerca de 15-300 euros). Para entender o que isso significa, mais de 75% dos malgaxes vivem com menos de dois dólares por dia, e o salário mínimo oficial em Madagascar era de 125.000,00 *ariary* (35 euros/mês) em 2015”. Se você não pode pagar a multa, eles levam você para o Departamento Florestal e, em seguida, para a cadeia”, disse um morador durante uma reunião da comunidade.

Táticas deploráveis para aplicar as restrições

Instituições do Estado e o setor de conservação em Madagascar estão cada vez mais usando expressões enraizadas nos processos de decisão sobre o uso tradicional da terra para impor restrições ao uso local, dentro e em torno de áreas protegidas. Um exemplo é a forma como as ONGs de conservação usam a palavra “*dina*”.

A *dina* faz parte do sistema tradicional para regular o uso consuetudinário da terra dentro e entre as comunidades. O processo de aprovação de uma *dina* envolve uma negociação entre os que usam a terra, sobre como uma determinada área pode ser usada. Por essa razão, a *dina* impõe um certo grau de respeito que a regulamentação feita pelo Estado geralmente não tem. Até recentemente, a *dina* não era um documento escrito, porque não precisava ser. Aqueles a quem ela se aplicava tinham estado envolvidos na negociação e, como parte do processo, comprometiam-se com o respeito ao que foi acordado coletivamente.

Contudo, mais ou menos na última década, autoridades e ONGs de conservação começaram a usar o termo *dina* para documentos que contêm regras escritas impostas às comunidades como parte de projetos de conservação. Um artigo acadêmico sobre a transferência do manejo da área protegida em Madagascar observa que as *dinas* ligadas a essas transferências “refletem a agenda da instituição (ONG e/ou projeto) que apoia a implementação das transferências, e não as prioridades da comunidade. Elas não têm a flexibilidade das regras tradicionais e não conseguem levar em consideração a situação econômica específica dos infratores, concentrando-se em repressão e sanções, em vez de modalidades de extração de recursos”. (2)

Na conversa, os moradores mencionaram uma “*dina* da Asity”. A Asity Madagascar é a filial nacional da BirdLife International no país, encarregada de implementar a compensação de biodiversidade em Bemangidy-Ivohibe. A *dina* da Asity, explicaram os moradores, proíbe o uso de fogo em qualquer lugar dos morros, até mesmo para recolocar em cultivo pedaços de terra que estejam sob agricultura itinerante e em

recuperação. Pouco depois da nossa visita, em setembro de 2015, um morador queimou a vegetação em um desses pedaços de terra em preparação para o plantio. Em uma reunião que discutia as primeiras conclusões do relatório de campo, moradores explicaram que ele está sofrendo e precisa de terra para plantar mandioca. Ele foi condenado a pagar uma multa de 100.000 *ariary* [30 euros] por queimar em uma área onde isso é proibido pela *dina* que regula o uso da floresta na área de compensação de biodiversidade.

Reuniões com uma ONG de conservação envolvida na implementação da compensação de biodiversidade também revelaram que foram usados métodos deploráveis para garantir o cumprimento dessas restrições ao uso da floresta. Nas reuniões, ouvimos falar de vários métodos e táticas usados para “fazer o projeto de compensação dar certo”. Essas táticas podem não ser uma ocorrência única no setor de conservação, mas raramente são contadas de maneira tão franca.

Fomos informados de que, como a Rio Tinto QMM está realizando a compensação da biodiversidade para gerar um “Impacto Positivo Líquido” sobre a biodiversidade, as ONGs conservacionistas tinham uma obrigação específica de ajudá-la a ter sucesso. O que se seguiu foi uma explicação de como isso foi feito no local de compensação de biodiversidade Bemangidy-Ivohibe.

Para apresentar as atividades de compensação de biodiversidade em Bemangidy, funcionários da ONG fizeram uma série de visitas a comunidades. Às vezes, eram visitas conjuntas da empresa e da ONG; outras vezes, os funcionários da ONG visitavam as vilas ao redor do local de compensação de biodiversidade sem representantes da Rio Tinto QMM. Essas visitas podiam ser descritas como um meio de implementar o projeto de compensação de forma participativa ou como parte de um lento processo de persuasão”. Basicamente, era lavagem cerebral”, foi-nos dito em um momento da conversa. (3)

Numa primeira reunião, membros da ONG falavam sobre a importância da floresta e, depois, a compensação de biodiversidade era apresentada, apenas como um projeto de conservação. Também havia duras críticas às atuais práticas locais de uso do solo. Ficamos sabendo que nem todas as reuniões na comunidade correram bem. Uma delas em particular, com a presença dos representantes da Rio Tinto QMM, foi descrita como “um fiasco”, em parte porque os moradores tinham pedido uma solução para a questão pendente da compensação pelo acesso perdido à floresta.

Para evitar um “fiasco” semelhante, as reuniões passaram a iniciar com um culto em uma igreja. A reunião sobre o projeto de compensação que se seguia ao culto também era realizada na igreja”, para evitar a interrupção”. (4) Pensava-se que as pessoas ficariam mais calmas em uma igreja. Isso foi descrito como “usar a força da cultura ecumênica”. Esse “uso da força da cultura ecumênica” também facilitou a alusão a Deus e aos antepassados como os que pediam a proteção da floresta “para as gerações futuras e para respeitar os antepassados”.

O uso da forte cultura de reciprocidade nos costumes tradicionais – a importância do compartilhamento e o sentimento de que, se uma pessoa não aprender a dar, não receberá – também tornou mais fácil para que a ONG deixasse de lado os pedidos de indenização.

Compensações de biodiversidade – uma dupla tomada de terras em nome da biodiversidade

As comunidades afetadas pela compensação de biodiversidade da Rio Tinto QMM em Bemangidy-Ivohibe, no sudeste de Madagascar, que já estavam com dificuldades antes, agora enfrentam um maior risco de fome e privação como resultado direto de uma compensação que beneficia uma das maiores empresas de mineração do mundo. Mesmo assim, a Rio Tinto consegue afirmar que sua mina de ilmenita veio “resgatar a biodiversidade única da zona costeira de Fort Dauphin”, (5) ainda que grande parte dos 1.600 hectares de uma floresta costeira rara dentro da concessão mineira seja destruída durante a mineração.

A gigante mineradora e seus colaboradores falam com entusiasmo de um “Impacto Positivo Líquido” sobre a biodiversidade, alegando que a floresta costeira onde ela faz mineração teria sido destruída de qualquer maneira ao longo das próximas décadas, pelas práticas agrícolas dos camponeses locais. Os argumentos usados para sustentar essa afirmação são certamente questionáveis. Independentemente disso, a Rio Tinto QMM argumenta que, ao manter alguma floresta dentro da concessão mineira, bem como proteger e restaurar florestas em outros lugares semelhantes ao que está sendo destruído na mina, as atividades de mineração da empresa terão “Impacto Positivo Líquido” sobre a biodiversidade, em comparação com o que poderia ter sido. Ela alega ainda que a floresta nos locais de compensação teria sido destruída pela agricultura camponesa, sem as atividades implementadas pela Rio Tinto e seus parceiros com a compensação de biodiversidade.

A realidade, porém, é muito diferente da história contada nos vistosos folhetos distribuídos internacionalmente. Os meios de vida e subsistência dos moradores, afetados não só pela própria mineração, mas também pela compensação de biodiversidade, ficam ainda mais precários para que a Rio Tinto possa aumentar seus lucros com a extração de ilmenita. Assim, na realidade, o projeto de modelo de compensação da biodiversidade da Rio Tinto QMM se transforma em uma dupla tomada de terras em nome da biodiversidade.

O relatório está disponível em inglês e francês <http://wrm.org.uy/other-relevant-information/new-report-rio-tintos-biodiversity-offset-in-madagascar/>.

Uma versão em malgaxe está disponível por solicitação.

Um resumo em italiano pode ser encontrado em <http://www.recommon.org/linganno-del-biodiversity-offsetting-il-caso-rio-tinto/>.

(1) A mina é dirigida pela QIT Madagascar Minerals (QMM), uma *joint-venture* na qual a Rio Tinto detém 80% e o estado de Madagascar, os restantes 20% da participação.

(2) M. Berard (2011): *Legitimite des normes environnementales dans la gestion locale de la foret a Madagascar*. Canadian Journal of Law and Society, Vol. 26. P 89-111.

(3) Resposta da Asity à descrição da conversa, recebida em 8 de abril de 2016, por e-mail: “A maneira como a frase está escrita não reflete a realidade. Em primeiro lugar, ‘lavagem cerebral’ não é o termo adequado, é melhor dizer que é um processo de esclarecimento para a população. Em segundo lugar, as visitas servem para conscientizar sobre como funciona o projeto de compensação.”

(4) Resposta da Asity à descrição da conversa no relatório, recebida em 8 de abril de 2016, por e-mail: “Aqui está a realidade: no início, grupos de pessoas sempre encontram maneiras de atrapalhar essas reuniões. Para evitar isso, negociamos com os líderes da igreja em Iaboakoho para iniciar a reunião com uma oração e tomar as decisões difíceis na igreja”.

(5) *A mine at the rescue of the unique biodiversity of the littoral zone of Fort Dauphin*, QIT Madagascar Minerals SA Press Kit, 2009.

ALERTAS DE AÇÃO

Atualização sobre o assédio da Posco, em Odisha, Índia

Apesar da declaração do Tribunal Nacional verde da Índia, no início de abril, de que a Licença Ambiental da POSCO é válida apenas até 19 de julho de 2017, o caso não foi encerrado e terá uma nova audiência no início de maio deste ano. Enquanto isso, a polícia do estado transformou a área em uma colônia repressiva. Foram apresentadas mais de 420 falsas acusações contra moradores e emitidas ordens de prisão contra mais de 2000 pessoas. Retomadas de terras também enfrentaram perseguição e criminalização. Vários movimentos populares organizaram um protesto de três dias no início deste ano e exigiram que a POSCO fosse forçada a fazer o anúncio formal de retirada completa e imediata do projeto, devolução de toda a terra ocupada por ela aos moradores e interrupção de todos os tipos de repressão, entre outros.

RECOMENDADOS

Poder corporativo sobre territórios e pessoas

O número recém-lançado do Boletim Nyéléni pela soberania alimentar destaca a importância da luta contra o crescente poder que as corporações transnacionais estão ganhando e o impacto negativo disso na vida das pessoas. Água, sementes, terra, entre outros, estão se tornando cada vez mais uma parte essencial do negócio de um grupo de empresas, que exercem as suas atividades com a impunidade, levando a uma espécie de “colonialismo corporativo”. O boletim trata de crimes cometidos pelas empresas contra comunidades na Nigéria e a privatização de cidades em Honduras.

Acesse o boletim (em inglês) em:

http://viacampesina.org/en/images/stories/pdf/2016-03-16-Nyeleni_Newsletter_Num_25_EN.pdf

A violência explodiu no campo e nas florestas do Brasil

O Caderno Conflitos no Campo 2015 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi lançado nesta sexta-feira 15 de abril. Os dados do relatório mostram realidades terríveis. Ano passado foram 50 assassinatos. E a impunidade reina. Pior: 59 pessoas sofreram tentativas de assassinatos, como outras 144 receberam ameaças de morte, e vivem sabendo que podem ser mortas em breve. Uma barbárie que, em termos quantitativos, não ocorria desde 2004. O pior ocorre na Amazônia, sobretudo Pará e Rondônia: nesses estados 40 pessoas foram mortas. Os conflitos, segundo o advogado da CPT em Marabá, José Batista Afonso, estão presentes em todo o País e decorrem de causas estruturais relacionadas à expansão do capital no campo e o aumento da concentração da terra. A reportagem de CartaCapital diz-nos que “Quilombolas e indígenas estão em luta pelo território, camponeses em luta pela terra, e estão todos sendo exterminados, assassinados, despossessados.”

Leia a reportagem em Português: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/553769-a-explosao-da-violencia-na-luta-pela-terra-e-territorio>

Acesa o relatório completo da CPT em Português:

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>

O WWF na República Democrática do Congo: Conservação sem pessoas

Um curta-metragem da *Rainforest Foundation UK* sobre comunidades florestais afetadas pela Reserva Tumba Lediima, na República Democrática do Congo (RDC) mostra como as comunidades que vivem na área estabelecida para a Reserva eram, e ainda são, completamente ignoradas. A Reserva foi criada em 2006 pelo governo da RDC em colaboração com o WWF, que contratou “ecoguardas” do Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN). As práticas agrícolas e de caça das comunidades locais são restringidas de forma tão severa que a desnutrição tem aumentado significativamente. Além de tudo isso, as comunidades estão enfrentando vários abusos aos direitos humanos. Como diz no vídeo o representante da comunidade de uma aldeia afetada, “quando patrulhavam, eles revistavam os nossos acampamentos, torturavam pessoas, estupravam as mulheres”. Dez anos após a criação da reserva, está claro que a violência tem que parar.

Veja o vídeo (em inglês) aqui: <https://vimeo.com/163667069>

O vídeo acompanha o relatório da mesma organização “**Áreas Protegidas na Bacia do Congo: fracasso com as pessoas e com a biodiversidade?**” Das 34 áreas protegidas incluídas no estudo, 26 relataram alguma forma de deslocamento da população local (com outras possíveis seis áreas sobre as quais não havia dados disponíveis), 21 relataram conflitos entre a administração do parque e comunidades locais, incluindo graves violações aos direitos humanos (com outras dez áreas possíveis, sobre as quais não havia dados disponíveis), 18 relataram que não houve consulta à população local antes da criação (com outras quatro áreas possíveis sobre as quais não havia dados disponíveis).

Ver o relatório em: <http://blog.mappingforrights.org/wp-content/uploads/38342-Rainforest-Foundation-Conservation-Study-Web-ready.pdf>

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>